

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



PONTIFÍCIA UNVERSIDADE CATÓLIDA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

TEMA:

“A MOBILIDADE SOCIAL INTERGERACIONAL NO BRASIL,
E SUA RELAÇÃO COM A TAXA DE FECUNDIDADE”

RODRIGO CONDURU MARCONDES SILVA

Nº DE MATRÍCULA 1212072

PROFESSOR ORIENTADOR: HAMILTON MASSATAKA KAI

JULHO DE 2017



PUC
RIO

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a minha família, meus pais, Heloisa e Luiz Cláudio e meu irmão Marcelo, cujo suporte me motivou ao longa da vida e deste trabalho, e cuja educação me tornou o que sou hoje

Agradeço a minha família, amigos, membros do departamento e colegas de trabalho que me ajudaram ao longo do processo de desenvolvimento desta monografia através de suas opiniões e incentivos.

Em relação aos professores Valéria Lúcia Pero, Roberto Geraldo Simonard e José Márcio Camargo, devo meus agradecimentos por me incentivar a desenvolver um tema que surgiu de uma pergunta feita em sala de aula. Além de suas opiniões, que me fizeram entender diversos pontos deste estudo e criticar os resultados.

Por último agradeço o meu orientador, Hamilton Massataka Kai, que com encontros semanais me incentivou a sempre analisar os dados de forma profunda e criticá-los. Além de sua disponibilidade e suporte indispensável para o desenvolvimento desta monografia.

“Os estudos de mobilidade social não são “flashes” de curto prazo. Ao contrário, eles se aproximam de “filmes” que procuram captar a dinâmica e a evolução das sociedades ao longo de décadas... Por isso, as pesquisas sobre mobilidade social têm capacidade de registrar mudanças de longo prazo e de grande profundidade” (José Pastore & Nelson do Valle Silva)

1. Resumo

Iniciando a exposição de resultados pela questão da mobilidade no Brasil, observa-se que a mobilidade total praticamente se manteve constante entre 1996 e 2014, obtendo uma leve queda¹ de 0,07%. O motivo para a mobilidade total sofrer poucas mudanças foram dois efeitos observados, uma queda na mobilidade ascendente (-2%) e um aumento de mobilidade descendente (+1,9%). Demonstrando que neste período, se tornou mais difícil subir para o topo da hierarquia social e mais fácil cair.

Analisando as medidas de mobilidade e os movimentos regionais na hierarquia social, destacam-se alguns pontos. A Região Norte se mostra de difícil análise devido à baixa amostragem. Logo, deve-se focar nas medidas de mobilidade e não em seus movimentos. No ano de 1996, a região apresenta as maiores mobilidades ascendente, descendente e consequentemente a total. Entretanto, em 2014 a região se torna a com menor mobilidade, com a segunda menor mobilidade ascendente e a menor descendente. Desta forma, a elevada mobilidade aparenta ter sido um efeito temporário².

Em 1996 o Nordeste foi a região com maior percentual de sua população no estrato social³ mais baixo (1) e menor no estrato social mais alto (6), para pais e filhos. Além disso, a probabilidade de um filho de pai do estrato 1 se manter neste, era de 55%, podendo ser um indício de “armadilha da pobreza”. Neste contexto, o Nordeste é a região com menor mobilidade total, ascendente e descendente. No ano de 2014, a mobilidade aumenta. A população que possui pai no estrato 1 se reduz em 3%, mas o percentual de filhos localizados neste estrato se mantém constante. Além disso, a probabilidade de mobilidade para filhos dos estratos dos extremos da hierarquia social aumentou.

Entre as regiões, o Sudeste é a que apresenta o menor percentual de sua população no estrato 1 e possui a maior parte de seus habitantes no estrato 3, em ambos os anos. A região

¹ Sendo a Região Norte a principal responsável pelo aumento de imobilidade.

² Aparentemente, a região recebeu estímulos a mobilidade, que ao se dissipar geraram imobilidade.

³ Para o estudo a sociedade é segmentada em estratos sendo o mais baixo com menor status.

possui em 1996 a segunda maior mobilidade total e ascendente e a terceira em descendente. Entretanto, é observado uma inversão em 2014. Mantendo o segundo lugar em mobilidade total, se torna a primeira em mobilidade descendente e a terceira em ascendente.

No ano de 1996, a Região Sul é a que apresenta maior parcela de sua população localizada no estrato 6. Isso ocorre devido a uma elevada mobilidade intergeracional para este estrato. Apesar disso, é a segunda região com maior mobilidade descendente e a segunda menor em ascendente⁴. Em 2014, a região possui a segunda maior mobilidade ascendente e a terceira maior descendente.

A Região Centro-Oeste apresenta, tanto em 2014 quanto em 1996, uma grande redução do estrato 1. Entretanto, em 2014 aparenta ocorrer um aumento nas barreiras da mobilidade ascendente para grandes distâncias⁵. Em 1996, a região possui apenas a terceira maior mobilidade ascendente e a segunda menor descende. Entretanto em 2014, apresenta a maior mobilidade ascendente, e também a maior mobilidade total.

Quanto a relação entre mobilidade social e taxa de fecundidade, os dados apontam uma correlação negativa, porém fraca. Os dados regionais apontam que quanto maior a mobilidade total, menor é a taxa de fecundidade. Entretanto, a região norte apresentou entre os anos de 1996 e 2014 uma queda da taxa de fecundidade e da mobilidade, o que não seria o esperado. Utilizando os dados estaduais, também é obtido uma relação negativa entre as variáveis. Além disso, é perceptível a presença de estados *outliers*.

A relação entre fecundidade e mobilidade ascendente é menos clara, uma vez que os dados regionais⁶ e os estaduais de 1996 apresentam uma relação negativa, mas os dados estaduais de 2014 possuem uma leve correlação positiva. Entretanto, todos os dados de mobilidade descendente apontam para uma relação negativa com a taxa de fecundidade

⁴ Especulando, é possível que este “inchaço” do estrato 6 seja o causador deste movimento. Com muita gente no topo, não há muita mobilidade ascendente e se torna mais provável a mobilidade descendente.

⁵ Se vê mais movimentação de apenas um estrato, como do 2 para o 3 e menos de longa distância como do 2 para o 6.

⁶ A relação entre mobilidade ascendente e fecundidade dos dados regionais, também se mostra fraca.

2. Sumário

1. Resumo.....	3
2. Sumário	5
2.1. Sumário comentado	6
3. Introdução	8
4. Conceitos fundamentais de mobilidade social	10
4.1. Tabela de mobilidade social	10
4.2. Mobilidade Estrutural e Circular	14
4.3. Mobilidade Perfeita.....	15
5. Como medir mobilidade social.....	16
5.1. Mobilidade Total	16
6. Conceito da taxa de fecundidade.....	18
6.1. Relevância da abordagem regional	18
7. Taxa de fecundidade e sua relação com mobilidade	21
7.1. Relação positiva.....	21
7.2. Relação negativa	23
7.3. Exemplos na literatura	26
8. Cálculo da taxa de fecundidade	28
9. Resultado das taxas de fecundidade.....	30
10. Metodologia de mobilidade social	34
10.1. Desenvolvimento	34
10.2. Cálculo dos estratos	36
10.3. Tabelas de Mobilidade	41
11. Movimentos na hierarquia social.....	46
11.1. Mobilidade 1996	47
11.2. Mobilidade 2014	57
12. Resultado das medidas de mobilidade.	68

12.1.	Mobilidade regional	68
12.2.	Mobilidade estadual.....	75
13.	Relação entre taxa de fecundidade e mobilidade social.....	78
13.1.	Análise regional	79
13.2.	Análise estadual	83
14.	Conclusão	93
15.	Referência bibliográfica.....	94
16.	Apêndices	96
16.1.	Apêndice 1: Matrizes de transição do ano de 1996.....	96
16.2.	Apêndice 2: Matrizes de transição do ano de 2014.....	105

2.1. Sumário comentado

No capítulo 4 inicia a parte dedicada a literatura e referências, possui como função informar conceitos básicos utilizados no estudo da mobilidade social. Em “como medir mobilidade” orienta-se como mensurar a quantidade de mobilidade presente em uma sociedade. O capítulo 6, visa esclarecer o conceito da taxa de fecundidade. Além disso, possui uma seção dedicada a argumentar os motivos que levaram a abordar os dados por macrorregiões. No capítulo 7, lista-se as principais teorias encontradas sobre a relação entre taxa de fecundidade e mobilidade social e apresenta-se referências na literatura que utilizam dados empíricos para demonstrar essa relação.

Os capítulos 8, 9 descrevem respectivamente o passo-a-passo utilizado para obter as taxas de fecundidade e os resultados das fecundidades estaduais e regionais. Também apresenta uma breve análise⁷ sobre as mudanças na taxa entre os anos de 1996 e 2014. O

⁷ Optou-se por abordar de forma breve uma vez que a fecundidade em si não é o foco da monografia.

capítulo 10 descreve o processo utilizado para a construção das tabelas de mobilidade ou matrizes de transição.

Em “movimentos na hierarquia social” a parte de análise dos dados desenvolvidos para esta monografia se inicia. Neste capítulo são apresentadas as tabelas de mobilidade e destacados os seus pontos relevantes. O capítulo 12 apresenta as medidas de mobilidade das regiões brasileiras e dos estados. O capítulo 13 utiliza os resultados obtidos para as taxas de fecundidade e as medidas de mobilidade para identificar a correlação entre as variáveis. O capítulo 14 faz um breve resumo sobre os resultados gerais e especula sobre questões que podem ser foco de novos estudos.

3. Introdução

A mobilidade social é bastante debatida, mas pouco mensurada. Um indicador de oportunidade, nos permite entender a quão rígida é a estrutura social de uma região, e quanto inacessível é obter melhor status, e conseqüentemente, maior qualidade de vida. Normalmente, a mobilidade social é utilizada para estudar temas como: desenvolvimento, pobreza, desigualdade, questões raciais e retorno educacional⁸. Entretanto, esta monografia busca estudar se a mobilidade social está correlacionada com uma decisão de longo prazo, a de ter filhos. Por este motivo, este material organiza os dados mais recentes sobre a mobilidade brasileira e estabelece como o país se encontra. Construído o cenário, os dados empíricos serão empregados na análise da correlação entre mobilidade social e taxa de fecundidade.

Esta monografia pode ser dividida em duas partes. A primeira identificará quais movimentos sociais são observados em diferentes lugares do país e mensurar o quão móvel são estas sociedades. A segunda parte possui como objetivo identificar qual a relação entre mobilidade social e taxa de fecundidade⁹. Existem três possíveis resultados. A correlação entre as variáveis ser positiva, ou seja, quanto maior a mobilidade social maior será o número de filhos por mulher. A segunda opção, é uma relação negativa. Sendo assim, em sociedades mais móveis será observado uma menor taxa de fecundidade. A terceira opção é não possuir correlação aparente.

Para realizar este estudo serão utilizados os dados da Pesquisa de Amostra de Domicílios (Pnad) dos anos de 1996 e 2014. Esses foram escolhidos por possuírem o suplemento de mobilidade social. Essa seção possibilita identificar a ocupação do entrevistado e a de seu pai, o que permite mensurar qual a mobilidade que o filho apresentou em relação ao seu pai. Esta é a mobilidade intergeracional e será o foco desta monografia.

⁸ Pastore 1979, Pastore & Valle Silva 2000, Pero 2002, Fan & Zhang 2012

⁹ O objetivo é identificar possíveis correlação, não se existe efeito causal entre as variáveis.

Além de identificar os movimentos, utiliza-se as respostas da pesquisa como uma amostra não enviesada das regiões do país. Desta forma, é possível calcular a mobilidade total da sociedade em questão, e comparar com outras áreas do Brasil.

A literatura dedicada à mobilidade social se mostra escassa, uma vez que é difícil mensurar a sua presença, assim como seu afeito sobre a sociedade e economia. Devido a este caráter, fora apelidada de “revolução silenciosa” por Cardoso, ao se referir aos seus efeitos ao longo das décadas de 70 a 90 no prefácio de Pastore & Valle Silva (2000).

Nesta, o autor do livro faz uma analogia assertiva, ao afirmar que análises de mobilidade social não são como “*flashes*”, que representam um período específico e seus movimentos de curto prazo. Para Pastore, estes são como filmes, apresentando a evolução da sociedade de forma dinâmica e apontando transformações de longo prazo. Pode-se perceber esta característica ao tentar analisar a mobilidade sócio ocupacional de um indivíduo que possui 50 anos em 2014. Deve-se considerar que este se encontraria apto a ingressar na população economicamente ativa (PEA) no ano de 1978. Logo, ao tentar analisar a trajetória do primeiro emprego deste indivíduo até o atual, necessita-se atentar a todas as mudanças que ocorreram na sociedade, na economia e no mercado de trabalho ao longo desse período.

Quanto à relação entre mobilidade social e taxa de fecundidade, não há um consenso no meio acadêmico, seja no âmbito da sociologia, economia ou demografia. Apesar de escassa, existe literatura condizente com as duas possíveis correlações

4. Conceitos fundamentais de mobilidade social

O estudo da mobilidade social não é uma preocupação recente, podemos identificar uma raiz da questão em autores como Karl Marx e Max Weber, como ressaltado por Pastore & Valle Silva (2000). Conceitos como desigualdade, transmissão de renda, conflito de classes eram comumente debatidos. Entretanto, a abordagem utilizada na época visava identificar quais fatores definiam a classe social do indivíduo. Esses seriam os modelos de “realização social”. Contudo, com o avanço das ferramentas de pesquisa nas últimas décadas, surgiu uma outra forma de se estudar a questão. No caso, seria utilizando microdados, o que permitiu um ressurgimento na busca por determinar o nível de fluidez do sistema social de um determinado grupo. O intuito da análise de mobilidade social neste trabalho seria condizente com esta segunda abordagem

Como mencionado acima, não há um consenso sobre como mensurar mobilidade social, por este motivo existem algumas formas de o fazer. Apesar das metodologias variarem, existe uma base comum, a utilização de tabelas de mobilidade social, e classificação das ocupações em estratos sociais¹⁰. Além de ser uma forma prática de organizar os dados, esta facilita a compreensão ao ilustrar os movimentos na estrutura social.

4.1. Tabela de mobilidade social

Também denominada como tabela de contingência ou matriz de transição, é uma classificação cruzada para uma população. Esta possui a posição particular dos membros deste grupo em dois períodos de tempo, permitindo assim comparar a movimentação das pessoas. O período que ocorre antes é chamado de origem ocupacional, e se encontra no eixo y, e aquele que vem depois é denominado como destino ocupacional, e é representado no eixo x.

¹⁰ Algumas vezes referido como estratos ocupacionais.

A forma que será categorizada a amostra depende do que se busca medir. Caso o objetivo seja mensurar a mobilidade social do indivíduo ao longo de sua vida, pode-se comparar a posição relativa da pessoa em dois períodos de tempo. Para isso, utiliza-se um critério de categorização das atividades ocupacionais. Por exemplo, quando o cidadão possuía 14 anos, trabalhava como auxiliar e aos 50 é um diretor. Essa seria a Mobilidade Intrageracional, ou seja, a movimentação do sujeito em relação a sua primeira ocupação¹¹. Outra opção, é comparar a posição do filho com a de seu pai. Esta é denominada Mobilidade Intergeracional, e será o foco desta monografia.

O próximo passo é determinar a classificação ocupacional dos indivíduos. Segundo Pero (2006), as escolhas quanto a categorização e a criação de estratos ocupacionais podem ser sumarizadas em dois caminhos presentes na literatura empírica¹²:

a) A corrente que considera a hierarquia social das ocupações ordenadas segundo um indicador de status socioeconômicos

b) A corrente em que as diferenças entre os grupos ocupacionais são determinadas a partir da relação com os meios de produção ou de acordo com a posição de mercado de trabalho, sem necessariamente expressar uma hierarquia social

A metodologia aplicada na categorização possui outro determinante, a limitação dos dados. Esta condição foi fundamental para se estabelecer qual hierarquização implementar neste estudo. No caso, ao se utilizar os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) dos respectivos anos, se mostrou necessário definir estratos ocupacionais. Desta forma, foram utilizados como referência¹³ os estratos desenvolvidos por Pastore (1979), que se encontram abaixo, baseados na escala socioeconômica de Valle Silva (1973).

¹¹ A mobilidade Intrageracional não se limita a ter como posição de origem a primeira ocupação, mas este é o uso mais frequente.

¹² Este estudo utiliza a vertente.

¹³ O modelo foi utilizado como referência na definição do número de estratos, nomenclatura e metodologia. Entretanto, não é afirmado nada sobre as profissões pertencentes a estes.

Categorias ocupacionais		
	Descrição	Ocupações representativas
I. Baixo-inferior	Trabalhadores rurais não qualificados	Produtores agropecuário autônomos; outros trabalhadores na agropecuária; pescadores
II. Baixo-superior	Trabalhadores urbanos não qualificados	Comerciantes por conta própria; vigias; serventes; trabalhadores braçais sem especificação; vendedores ambulantes; empregadas domésticas
III. Médio-inferior	Trabalhadores qualificados e semiquilificados	Motoristas; pedreiros; mecânicos de veículos; marceneiros; carpinteiros; pintores e caiadores; soldadores; eletricitistas de instalações
IV. Médio-médio	Trabalhadores não manuais, profissionais de nível baixo e pequenos proprietários	Pequenos proprietários na agricultura; administradores e gerentes na agropecuária; auxiliares administrativos e de escritório; reparadores de equipamentos; praticistas e viajantes comerciais; praças das forças armadas
V. Médio-superior	Profissionais de nível médio e médios proprietários	Criadores de gado bovino; diretores; assessores e chefes no serviço público; administradores e gerentes na indústria e no comércio; chefes e encarregados de seção; representantes comerciais
VI. Alto	Profissionais de nível superior e grandes proprietários	Empresários na indústria; administradores e gerentes de empresas financeiras, imobiliárias e securitárias; engenheiros; médicos; contadores; advogados; oficiais das Forças Armadas

Fonte: Pastore & Silva (2000), Mobilidade Social do Brasil

O fato deste modelo já ter sido implementado por Valle Silva e Pastore, em dados da PNAD se mostra uma vantagem. Não apenas por garantir desta forma a qualidade da metodologia, mas também por viabilizar comparações de os resultados com outros estudos.

Com a escala de status socioeconômico definida, é possível gerar a tabela de contingência. Desta forma, será utilizado com caráter ilustrativo a seguinte tabela padrão.

Status do indivíduo							
Status do Pai	1.	2.	3.	4.	5.	6.	Total
1. Baixo-inferior	A1	B1	C1	D1	E1	F1	Total 1
2. Baixo-superior	A2	B2	C2	D2	E2	F2	Total 2
3. Médio-inferior	A3	B3	C3	D3	E3	F3	Total 3
4. Médio-médio	A4	B4	C4	D4	E4	F4	Total 4
5. Médio-superior	A5	B5	C5	D5	E5	F5	Total 5
6. Alto	A6	B6	C6	D6	E6	F6	Total 6
Total	A Total	B Total	C Total	D Total	E Total	F Total	Total

Como pode ser visto, as linhas representam o estrato de origem, enquanto as colunas apresentam o estrato de destino. Logo, se o indivíduo A se encontra na terceira coluna e segunda linha, ele se moveu para uma categoria acima na escala socioeconômica. Possuindo assim, uma movimentação ascendente. Por outro lado, no caso da pessoa B, que se encontrar na coluna dois e na linha seis, este caiu quatro posições na escala. Logo, dispõe de uma movimentação descendente.

Um caso que deve ser ressaltado, uma vez que é crucial para entender a metodologia explicada a frente, são os indivíduos que se encontram na diagonal. Estes são denominados imóveis, ou seja, dispõem da mesma posição ocupacional que seus pais, possuindo assim o caso de herança perfeita¹⁴. Desta forma, é possível identificar que a parcela da população que se encontra acima da diagonal, como o caso de A, possui uma Mobilidade Ascendente.

¹⁴ Este termo é utilizado na literatura para se referir ao indivíduo que possui a mesma posição sócio econômica que seu pai.

Enquanto isso, os demais indivíduos que se encontram abaixo da diagonal possuem uma Mobilidade Descendente, como é possível observar na tabela abaixo.

Status do Pai	Status do indivíduo					
	1.	2.	3.	4.	5.	6.
1. Baixo-inferior	A1	B1	C1	D1	E1	F1
2. Baixo-superior	A2	B2	C2	D2	E2	F2
3. Médio-inferior	A3	B3	C3	D3	E3	F3
4. Médio-médio	A4	B4	C4	D4	E4	F4
5. Médio-superior	A5	B5	C5	D5	E5	F5
6. Alto	A6	B6	C6	D6	E6	F6

4.2. Mobilidade Estrutural e Circular

Estes conceitos são necessários para entender as causas da mobilidade social observada em um intervalo de tempo. A Mobilidade Estrutural, ou “forçada”, pela definição de Pastore & Valle Silva (2000), dá-se em decorrência de mudanças na organização sócio ocupacional da economia. Desta forma, não é necessariamente consequência de uma igualdade de oportunidade. Estes casos ocorrem devido a mudanças estruturais criarem novas oportunidades inexistentes anteriormente, fazendo assim com que parte da população se desloque¹⁵ para ocupá-las.

O conceito se torna intuitivo quando se compara o mercado de trabalho de hoje com o de cinquenta anos atrás, como em um estudo de mobilidade intergeracional. Não há dúvida que as oportunidades de trabalho entre pai e filho são distintas. Pode-se utilizar para ilustrar,

¹⁵ Apesar de imigração está muitas vezes atrelado a mobilidade estrutural, a mobilidade mencionada é ao longo da hierarquia social e não uma mobilidade geográfica.

eventos que ocorreram na história recente do Brasil. Um exemplo apresentado em Pastore & Valle Silva (2000) é o aumento da capacidade de produção ao longo da década de 1920, com destaque para as áreas de energia, cimento e aço, assim como o crescimento da importação de capital. Outro caso seria a urbanização ocorrida entre as décadas de 50 e 70, como enfatizado por Cardoso (1969), com a seguinte afirmação: “As transformações do mercado de trabalho ocorridas ao longo dos anos 50 a 70, em especial, a abertura de oportunidades nas cidades e a intensificação da migração rural-urbana, impulsionaram uma grande quantidade de indivíduos a atingir a situação social mais alta do que a de seus pais.”

A Mobilidade Circular, por outro lado, é consequência direta da competição entre os indivíduos da sociedade. Essa não depende da criação de novas vagas, mas sim é gerada quando um indivíduo ascende socialmente ocupando o lugar de outro, levando assim a descendência daquele que se encontrava anteriormente nesta posição. Neste caso, os movimentos das duas pessoas são contabilizados na mobilidade, como será demonstrado na parte de metodologia.

4.3. Mobilidade Perfeita

O modelo de Mobilidade Perfeita é o mais elementar, tendo sido o primeiro a ser sugerido para descrever padrões de mobilidade. Elaborado de forma quase simultânea por Rogoff (1953) e Glass (1954), foi utilizado como arquétipo para avaliar os padrões observados empiricamente. A principal característica deste modelo é a distribuição dos indivíduos de forma perfeitamente aleatória. Deste modo, a probabilidade de a pessoa estar em um determinado estrato é idêntico a deste estar em qualquer um dos demais estratos. Para isso, ambos os totais marginais são fixados a priori. Além disso, outra característica é que o fluxo de saída percentual deverá ser igual entre os estratos sociais, e consequentemente, os fluxos de entrada também apresentarão esta característica.

5. Como medir mobilidade social

Com a aplicação dos dados aos estratos sociais definidos e construída a tabela de contingência, é possível analisar os movimentos dos indivíduos na estrutura socioeconômica. Entretanto, o foco desta monografia não se refere apenas à observação dos deslocamentos das pessoas na estrutura sócio ocupacional, mas sim identificar quais sociedades apresentam maior mobilidade social. Em outras palavras, o ponto central não é a direção dos movimentos, mas sim qual a magnitude desses deslocamentos.

Para implementar este cálculo existem algumas opções na literatura. A aplicada neste trabalho será o Índice de Mobilidade Total. Devido a sua metodologia simplifica o resultado é menos suscetível a mudanças nas definições das categorias ocupacionais.

Um aspecto nevrálgico da aplicação empírica são as comparações internacionais. Como ressaltado por Valle Silva & Pastore (2000), o confronto dos resultados deve ser feito com bastante cautela. As razões para isso são as diferenças dentre os critérios de definição dos estratos sociais,¹⁶ das métricas aplicadas no cálculo da mobilidade total e a presença de amostras parciais. A solução para evitar equívocos, é comparar não apenas o indicador, mas conjuntamente o tamanho das parcelas da população e o deslocamento entre grupos mais amplos, como trabalhadores manuais e não manuais.

5.1. Mobilidade Total

A metodologia é a apresentada por Pastore & Valle Silva (2000). Para realizar este cálculo é necessário produzir a tabela de contingência com os dados do ano que se deseja estudar, e no caso desta monografia as posições sócio ocupacionais dos pais dos indivíduos.

¹⁶ Se no cálculo da mobilidade de duas sociedades foram utilizados estratos diferentes, comparar os resultados podem levar a erros de interpretação.

A necessidade desta segunda informação é o fato de o objetivo em questão ser medir a mobilidade intergeracional. Seguidamente, deve-se transformar os valores presentes na matriz de mobilidade social em valores percentuais da população. Desta forma, cada combinação de estrato de origem e de destino indicará qual parcela da amostra se encontra nesta situação, como demonstrado a seguir pela tabela de contingência construída por Valle Silva:

Status do Pai	Status do indivíduo						Total
	1.	2.	3.	4.	5.	6.	
1. Baixo-inferior	21,7%	12,8%	13,2%	4,6%	2,1%	1,0%	55,4%
2. Baixo-superior	0,7%	4,2%	3,6%	2,5%	1,3%	0,8%	13,1%
3. Médio-inferior	0,6%	3,7%	7,1%	2,7%	1,5%	0,8%	16,4%
4. Médio-médio	0,6%	1,9%	2,0%	2,2%	1,2%	0,9%	8,8%
5. Médio-superior	0,3%	0,6%	0,6%	0,7%	0,7%	0,5%	3,4%
6. Alto	0,1%	0,3%	0,3%	0,6%	0,6%	0,9%	2,8%
Total	24,0%	23,5%	26,8%	13,3%	7,4%	4,9%	100%

Fonte: Pastore & Silva (2000)

A mobilidade total será a soma da mobilidade ascendente e a mobilidade descendente. Logo, para encontrar este valor calcula-se o percentual da população que é classificada como imóvel, ou com herança perfeita. Como apontado anteriormente, este será a soma dos valores que se encontram na diagonal da tabela de mobilidade, sendo assim a taxa de imobilidade. Deste modo, para se obter a mobilidade total deve-se subtrair de 1 o valor encontrado para o percentual com herança perfeita.

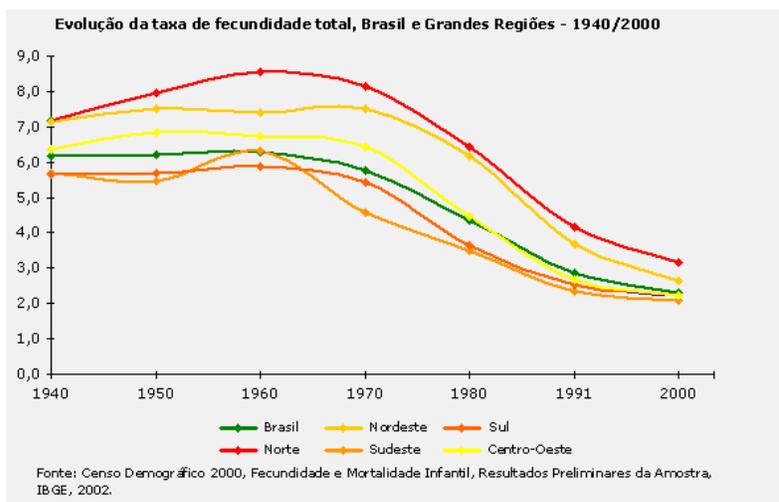
6. Conceito da taxa de fecundidade

Apresentados os principais conceitos sobre mobilidade social, a próxima questão que deve ser esclarecida é o cálculo da taxa de fecundidade. A metodologia utilizada para identificar o valor deste indicador se mostra menos complexa que a mensuração da mobilidade, uma vez que é um conceito menos subjetivo. Logo, pode-se definir a taxa de fecundidade como o número médio de filhos por mulher ao fim de seu período reprodutivo.

6.1. Relevância da abordagem regional

Como mencionado anteriormente, o objetivo desta monografia é apontar possíveis correlações entre mobilidade social e taxa de fecundidade, ao estudar a mobilidade social dos anos de 1996 e 2014. Por este motivo, é necessário calcular o indicador para os respectivos anos. Entretanto, outra questão que deve ser considerada ao realizar este estudo é o tamanho continental do Brasil. Devido à dimensão de seu território, analisar os valores de indicadores comportamentais e sociais de maneira consolidada pode se mostrar um erro, já que o resultado encontrado pode variar entre regiões. Por este motivo realizar uma análise mais focalizada nas regiões do país pode se mostrar agregadora para a compreensão da questão da fecundidade.

Logo, para produzir uma interpretação completa dos dados, se faz necessário adquirir as taxas de fecundidade por macrorregião para os períodos abordados. Esta exigência se torna clara ao se observar a evolução da taxa de fecundidade total Brasil e das Grandes Regiões presentes no censo demográfico do ano de 2000.



Segundo a publicação do site IBGE sobre o censo de 2000, é possível verificar, que a taxa de fecundidade não é uniforme no território nacional. Podendo no mesmo ano apresentar valores consideravelmente divergentes para duas regiões do país. Por exemplo, há uma variação de aproximadamente 4 filhos entre as regiões Norte e Sudeste no ano de 1980.

Outra vantagem de abordar a variação da taxa de fecundidade no território nacional é permitir visualizar como esta se relaciona com a mobilidade social. Como cada estado pode apresentar níveis e características de mobilidade distintas, entender como a fecundidade varia entre estes é uma ferramenta válida para compreender a relação entre estas duas variáveis.

Em Pero (2006) evidencia-se como as Unidades Federais podem possuir diferentes percentuais de população em estado de imobilidade. Além disso, os dados apresentados por Pero também demonstram que é possível estados possuírem elevada mobilidade ascendente, como o caso do Rio de Janeiro, enquanto outros demonstram elevado percentual de sua população em processo de estagnação, como o caso do Piauí.

Mobilidade Social por UF			
1976	Imóveis	Descendentes	Ascendentes
Rio de Janeiro	20,2	18,1	61,7
Espírito Santo	39,3	7,9	52,8
São Paulo	24,6	12,1	63,3
Rio Grande do Norte	39,9	10,8	49,3
Santa Catarina	45,2	7,8	47,0
Bahia	55,2	10,3	34,5
Rio Grande do Sul	45,6	13,5	40,9
Minas Gerais	49,3	8,9	41,8
Pernambuco	55,6	12,0	32,4
Paraná	50,1	8,5	41,4
Ceará	59,4	10,7	29,9
Piauí	70,3	3,0	26,7
Paraíba	64,6	5,7	29,7
Sergipe	59,8	9,7	30,5
Alagoas	64,4	14,7	20,9
Maranhão	75,9	7,0	17,1

Fonte: Pero 2006, Mobilidade Social no Rio de Janeiro

Outro exemplo desta variância entre as regiões é exposto por Pastore (1979). Neste, o autor dedica um capítulo de seu livro a analisar a mobilidade e o desenvolvimento regional. Pastore aborda a diferença de mobilidade entre Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, mas também as diversidades de suas estruturas sociais, ou seja, como a população se distribui entre os estratos sociais, e qual o tipo de mobilidade que existe na região¹⁷.

Com a necessidade de abordar em nível estadual a relação entre mobilidade social e taxa de fecundidade devidamente confirmada pela literatura, devem ser obtidos os dados. Entretanto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não disponibiliza os dados de fecundidade por estado, apenas por macrorregiões. Logo, visando manter a abordagem por unidade federal, também serão calculadas as taxas de fecundidade, cuja metodologia será abordada posteriormente.

¹⁷ Podendo ser categorizada como mobilidade circular ou estrutural.

7. Taxa de fecundidade e sua relação com mobilidade

Com os dois principais conceitos deste estudo definidos, esta seção irá apresentar as principais teorias sobre a relação entre mobilidade social e taxa de fecundidade presentes na literatura. Para isso, serão estabelecidas duas partes de acordo com a magnitude da relação. Primeiramente, serão apresentadas aquelas que corroboram com uma relação positiva, ou seja, quanto maior a mobilidade, maior a taxa de fecundidade. Posteriormente serão apontadas as teorias que afirmam existir uma relação negativa, sendo assim uma mobilidade maior acarretaria em um menor número de filhos por mulher. Por último, serão apontados referências literárias que abordaram esta relação utilizando dados empíricos.

7.1. Relação positiva

a) Status Econômico Relativo

No que se trata de uma relação positiva a literatura apresenta duas possíveis justificativas. A primeira, se baseia na Hipótese de Easterlin. Esta foi criada pelo autor, que dá nome a hipótese, para justificar o comportamento da fecundidade da sociedade americana durante os anos 50, época esta conhecida como “*Baby Boom*”. O economista afirma que devido a uma crescente demanda por mão-de-obra e falta de oferta deste fator de produção, ocorreu um aumento de salários. Devido ao fato deste efeito ter sido de maior magnitude nas remunerações de funções que exigiam menor experiência, ocorreu um aumento de renda relativa para os trabalhadores jovens e entrantes no mercado de trabalho.

Com este contexto que Easterlin (1969, 1973, 1975, 1978) desenvolveu a sua hipótese, ao afirmar que os casais jovens postergam os filhos até alcançar renda igual, ou maior, ao seu histórico familiar. Desta forma, segundo o autor, durante o “*Baby Boom*”, o aumento relativo de salários da parcela mais nova da população teve como consequência uma elevação na taxa de fecundidade, uma vez que os casais antecipariam a construção de suas famílias.

Entretanto, segundo Kasarda & Billy (1985) se esta teoria está correta deveria se esperar um efeito inverso nos casos de um aumento de mobilidade descendente. Os autores afirmam que se o aumento de renda relativa levaria a uma maior fertilidade, a sensação de pobreza advinda de uma queda na estrutura sócio ocupacional deveria reduzir a taxa de fecundidade. Esse efeito, de acordo com MacDonald & Rindfuss (1981), ocorreria uma vez que os casais ao comparar a sua renda atual com seus desejos e necessidades de consumo optariam por adiar a criação de uma família. Desta forma, a teoria de Easterlin é sensível ao tipo de mobilidade social observada, uma vez que apenas a mobilidade ascendente teria o impacto positivo sobre a taxa de fecundidade.

Apesar da teoria criada por Easterlin ser condizente com os resultados empíricos do “*Baby Boom*”, sua validade costuma ser debatida na literatura. As críticas mais frequentes ocorrem devido ao fato de sua teoria frequentemente não possuir validade externa e por não ser uma teoria que foi confirmada por uma evidencia empírica, mas sim um modelo construído para justificar o caso observado.

b) Isolamento Social

A segunda teoria condizente com uma relação positiva entre mobilidade social e taxa de fecundidade é apresentada por Blau & Duncan (1967). Esta perspectiva, denominada Isolamento Social em Kasarda & Billy (1985), afirma que indivíduos que vivenciaram mobilidade social ascendente ou descendente deverão possuir uma maior taxa de fecundidade que os imóveis. Desta forma, uma sociedade com maior mobilidade deverá apresentar um maior número de filhos por mulher.

A teoria afirma que casais que se moveram na estrutura sócio ocupacional não possuem integração com indivíduos de sua posição de destino, assim como não recebem suporte das pessoas que se encontram na sua posição de origem. Esta situação levaria o casal a apresentar características extremas em relação ao seu comportamento. Um exemplo seria exatamente o aumento no tamanho da família visando compensar os laços sociais perdidos.

O autor apresenta dois possíveis mecanismos para este efeito. Primeiro, de acordo com Stuckert (1963), famílias que possuíram mobilidade social são menos prováveis de serem orientadas em relação ao tamanho familiar e também possuem uma probabilidade menor de participarem de associações sociais voluntárias. O segundo mecanismo parte do ponto que as crianças funcionam como ferramenta de interação do casal com a sua comunidade. Por exemplo, um casal com filhos frequentará atividades escolares, cursos, aniversários e se comunicarão mais com seus vizinhos.

7.2. Relação negativa

a) Aprimoramento de Status

A segunda opção para o efeito de mobilidade social sobre taxa de fecundidade é uma correlação negativa, ou seja, quanto maior a mobilidade sócio ocupacional menor é o número de filhos por mulher. A primeira teoria condizente com esta relação seria a de Aprimoramento de Status, manifestados por Kantner & Kiser (1954) e Westoff (1961, 1963). Esta tese afirma que os indivíduos motivados por ascender socialmente devem optar por limitar a sua expansão familiar, uma vez que os filhos demandam tempo, energia e dinheiro. Desta forma, esses “custos” poderiam ser alocados na busca por mobilidade ascendente, de acordo com Espeshade (1980), Mincer & Ofek (1982) e Hofferth (1984). Mostra-se válido enfatizar que este efeito seria gerado pelo desejo de ascender e não necessariamente como consequência deste movimento de ascensão intrageracional.

Apesar de esta teoria descrever claramente os efeitos de mobilidade ascendente, ainda há debate quanto ao efeito da descendente. Segundo Boyd (1971), Bean & Swicegood (1979) e Stevens (1981) aqueles que descaíram socialmente também apresentariam um menor número de filhos, uma vez que buscariam retornar à posição de origem, optando por ter menos “custos”. Por outro lado, existem aqueles que afirmam que os indivíduos com mobilidade social descendente, são os mesmos que não possuem como objetivo ascender. Desta forma, esse grupo possui preferência por obter um maior número de filhos e arcar com

os custos, mesmo que acarrete em uma perda de posição social. A segunda vertente possui menos força entre os acadêmicos, como ressaltado em Kasarda & Billy (1985), que apesar de apresentarem as duas opções destacam a maior aceitação da primeira.

b) Estresse e Desorientação

A segunda teoria que afirma existir uma relação negativa entre mobilidade social e taxa de fecundidade é a denominada “Estresse e Desorientação”. De acordo com Blau (1956), casais que vivenciaram mobilidade social, tanto ascendentes quanto descendentes, apresentam insegurança. Esse fato acarretaria em estresse emocional e físico, reduzindo assim a fecundidade. Como enfatizado por Kasarda & Billy (1985), o ponto de vista psicológico e biológico não são muito debatidos na literatura. Entretanto, segundo os economistas, seria possível que o estresse acarretasse em uma redução da fecundidade. Opostamente ao princípio da Isolação Social, esta teoria afirma que o isolamento advindo da mobilidade afetaria o casal de tal forma que reduziria o desejo por ter filhos.

A literatura desenvolveu algumas explicações que corroborariam com esta tese. Uma justificativa advém de a situação emocional dos pais levar estes a preferir não colocar uma criança no mundo no qual os mesmos consideram caótico ou injusto. Outra explicação seria consequência do isolamento social, ou seja, não ter suporte da comunidade de sua origem ou da sua nova classe social. Esta situação reduziria a capacidade de cuidar da criança uma vez que é comum jovens casais recorrerem a parentes, amigos ou vizinhos por ajuda.

c) Anseio de Status

A terceira teoria seria consequência do *trade off* entre qualidade e quantidade apontado por Becker. Neste, o economista afirma que os pais optam, no que se trata da educação dos filhos, entre possuir mais descendentes e investir menos individualmente, ou ter menos e dedicar mais tempo e recursos à cada um. A relação com mobilidade social fica mais evidente

quando se aceita que esta é consequência do capital humano adquirido através dos anos de estudo. Desta forma, quando a posição socioeconômica dos pais possui elevada capacidade de influenciar a do filho, o retorno da educação se mostra menor, uma vez que esta não possibilita uma mudança no padrão de vida do indivíduo quanto ao seu histórico familiar.

Logo, em sociedades menos móveis as famílias optarão por possuir um número maior de crianças e investir menos individualmente na educação destas. Por outro lado, em casos aonde a ascensão social é algo comum, os pais irão escolher possuir menos filhos e dedicar à estes mais recursos para a obtenção de capital humano.

Esta linha de raciocínio é corroborada por Zuanna (2007) e sua teoria de Anseio do Status. Resumidamente: fertilidade cai devido ao surgimento da ambição do indivíduo e como consequência de os pais se preocuparem não apenas em manter, mas ascender socialmente e economicamente a posição de seus filhos (McNicoll, 2001). Desta forma, esta teoria diverge de a Aprimoramento de Status uma vez que a motivação dos pais não se limita a sua mobilidade intrageracional o que acarretaria em uma melhor posição para seu filho, mas na própria mobilidade intergeracional. Mostra-se válido salientar, como feito por Thompson & Lewis (1964), que as famílias nas camadas mais elevadas da sociedade possuirão maior facilidade em assegurar a posição do filho, sendo que caso o próprio casal busque ascender intrageracionalmente, a probabilidade de o mesmo ocorrer com seus filhos aumenta.

De acordo com esta teoria, existe uma dependência do altruísmo por parte dos pais, ainda mais quando o custo de ser altruísta varia em decorrência da posição sócio ocupacional dos pais. Esta afirmação se mostra coerente com a exposta por Westoff (1953), aonde este afirma: “Pequenas famílias podem ser motivadas pelo desejo dos pais em prover melhores oportunidades para o progresso de seus filhos em vez das suas próprias ambições de mobilidade”.

7.3.Exemplos na literatura

A correlação entre mobilidade social e taxa de fecundidade pode variar entre regiões e ao longo do tempo, como exemplificado por Zuanna (2007). Um exemplo de mudança temporal é apresentado por Flandrin (1976) e Johansson (1987) ao analisarem a mudança cultural ocorrida nas elites europeias na era moderna. Neste caso, os autores estudam a disseminação da crença na *ideation egalitarian*, ou seja, que todos os filhos possuem os mesmos direitos, inclusive de se herdar porcentagens iguais do patrimônio de seus pais. Essa mudança cultural é considerável, uma vez que a elite europeia possuía como costume concentrar as riquezas e investir mais em seu filho mais velho, como forma de garantir sua linhagem.

No que se trata das mudanças entre regiões, pode-se analisar dois casos distintos, como o da China (Greenhalgh, 1988), e Itália (Zunna, 2001). No primeiro, a autora descreve dois períodos diferentes do país. Durante a dinastia *Qing* (1644-1911), que era caracterizado por uma elevada mobilidade social. Esta ocorria através de um eficiente sistema de educação que viabilizava homens pobres ascenderem a custos relativamente baixos. Desta forma, a taxa de fecundidade era elevada, uma vez que os irmãos mais novos deviam trabalhar para viabilizar a ascensão de seu irmão privilegiado. Por outro lado, durante a china moderna (1970-1990) ocorreu uma elevada redução do número de filhos por mulher. Segundo a autora, a estrutura da família chinesa não mudou. Estas continuaram competindo por estabilidade e ascensão social, com os pais investindo fortemente em um dos filhos. Entretanto o que mudou foi o custo educacional, o que acarretou em uma redução da mobilidade social, levando a queda da taxa de fecundidade.

No caso da Itália, o autor realça a importância dos laços de sangue para esta sociedade. Inclusive, outros autores como Micheli (2000) e Reher (1998), realçam a importância desta característica não apenas no caso italiano, mas também nos demais países do mediterrâneo. Segundo Zuanna (2001), o caso da Itália se destaca devido baixa taxa de fecundidade, sendo

esta justificada pela importância dada pelos pais ao desempenho de seus filhos na estrutura socioeconômica. Desta forma, a existência de mobilidade social introduz incerteza a este desempenho, tornando os pais mais cautelosos quanto ao tamanho familiar do que em um cenário de forte imobilidade social.

O autor menciona como evidência desta característica, o fato dos laços entre pais e filhos se manterem fortes mesmo quando os filhos já se encontram com mais de vinte anos. Um exemplo exposto por Zuanna (2001) é que nos trinta anos que precedem seu estudo, apenas 30% dos jovens casais italianos, ao casar, se mudam para uma distância maior que um quilômetro de ambos os pais, e um quarto dos casais moram a menos de um quilômetro de ambos os pais. Além disso, o autor demonstra que esta característica não é nova ao apontar a aversão dos italianos a cultura de “circulação de criados”. Essa prática trata-se de enviar os filhos para aprender um ofício com um profissional, inclusive morando com a família de seu professor. Esse hábito era comum no norte da Europa e países de língua inglesa, como ressaltado por Reher (1998). Entretanto, nos países do sul da Europa, em destaque na Itália, esta prática acontecia apenas em casos extremos, aonde a família não possuía meios de manter a criança. Uma consequência atual desta cultura seria os jovens de uma forma geral saíam de casa apenas quando mais velhos.

8. Cálculo da taxa de fecundidade

Visando obter a taxa de fecundidade por estado de 1996 e 2014, foram utilizados os dados das Pesquisas de Amostra de Domicílios (Pnads) de seus respectivos anos. Isso é possível uma vez que a Pnad é um questionário aplicado de forma aleatório em todo território nacional, abordando questões dos domicílios e dos indivíduos entrevistados. Desta forma, a pesquisa disponibiliza uma amostra significativa e sem viés da população brasileira. Entretanto, os dados demandam tratamento antes de se obter a informação desejada. Por este motivo, esta seção será dedicada a descrever tal processo.

A taxa de fecundidade segundo a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o número médio de filhos por mulher ao final de sua idade reprodutiva. Logo, o primeiro passo para o seu cálculo utilizando a Pnad, é descartar os dados dos indivíduos do sexo masculino. Outro grupo que deve ser descartado é o de mulheres que ainda não alcançaram o final de sua idade reprodutiva. O motivo para isso é a própria definição de taxa de fecundidade, mas por que existe esta restrição?

O porquê de ser preciso limitar a amostra à apenas mulheres no final de sua idade reprodutiva, é que caso contrário a taxa de fecundidade será enviesada para um resultado menor que o real. Por exemplo, considere uma cidade que possui elevada parcela de sua população de jovens. Naturalmente esta possuirá um número de filhos por mulher menor que a cidade vizinha, já que seus habitantes, em média, possuem menos tempo como indivíduos sexualmente ativos. Entretanto, este fato não quer dizer que sua população está crescendo menos em relação a outra cidade, podendo inclusive ser o caso contrário, uma vez que um maior percentual de jovens em um grupo, acarreta em uma população com mais anos de idade reprodutiva pela frente. Desta forma, deve-se descartar as mulheres que ainda estão em idade reprodutiva. Caso contrário, os resultados estariam sujeitos a possíveis erros de interpretação. Sendo assim, foi utilizada como idade de corte 40 anos. Além disso, também foram desprezadas as pessoas que não responderam ou não souberam informar a sua idade.

O terceiro critério para descartar observações antes do cálculo da taxa de fecundidade é a condição do indivíduo na família, sendo que as possíveis opções para esta questão são; pessoa de referência, conjugue, filho, outro parente, agregado, pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Desta forma, foram mantidos apenas aqueles que se enquadram nas duas primeiras opções.

9. Resultado das taxas de fecundidade

Realizado o cálculo descrito anteriormente, pode-se observar o número médio de filhos por mulher em cada unidade federal. Como era de se esperar, as taxas variam não apenas entre macrorregiões, mas também em nível estadual. Resultado este que corrobora com as evidências presentes na literatura mencionadas anteriormente.

Taxas de fecundidade regionais		
	1996	2014
Região Norte	5,9	4,5
Região Nordeste	6,5	4,4
Região Sudeste	4,5	3,2
Região Sul	4,2	3,1
Região Centro-Oeste	5,1	3,4

Taxa de fecundidade estadual				
Região	UF	1996	2014	Δ
NT	AC	6,6	5,0	-1,6
	AL	7,1	5,0	-2,1
	AP	6,4	4,7	-1,7
	AM	5,9	5,9	0,0
	PA	5,3	4,4	-1,0
	RO	3,8	3,9	0,2
	RR	5,4	4,6	-0,8
	TO	6,7	4,5	-2,2
NE	BA	6,0	4,2	-1,8
	CE	6,8	4,4	-2,3
	MA	5,0	5,1	0,1
	PB	5,7	4,5	-1,2
	PE	4,8	3,9	-0,9
	PI	6,1	4,6	-1,5
	RN	7,0	4,3	-2,7
	SE	4,6	4,6	-0,1
SE	ES	5,3	3,6	-1,7
	RJ	6,9	2,8	-4,1
	SP	4,0	3,1	-0,9
	MG	5,2	3,6	-1,6
Sul	PR	7,4	3,3	-4,1
	RS	3,8	2,9	-0,9
	SC	5,8	3,4	-2,4
CO	GO	5,3	3,5	-1,8
	MT	6,9	3,6	-3,3
	MS	5,7	3,3	-2,4

Os resultados obtidos apontam uma redução do número de filhos por mulher em todos os estados, com exceção de Roraima, Maranhão e Amazonas. Apesar disso, o grau de sua contração varia entre as unidades federativas, sendo que é possível identificar um padrão em seu comportamento. Os estados que apresentaram uma maior redução são Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará e Pernambuco, localizados na região nordeste do país. Em

contrapartida, as unidades federais que apresentaram taxas mais constantes são aquelas consideradas mais urbanizadas e localizadas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

A distribuição dos estados no ranque de maior taxa de fecundidade para a menor também mudou, ou seja, algumas unidades federais reduziram sua taxa de fecundidade em relação aos demais estados. Conseqüentemente, outros que apesar de terem uma redução de fecundidade absoluta, passaram a possuir taxas maiores em relação ao resto do país. De forma que, os estados que obtiveram um aumento relativo de taxas de fecundidade se tornaram aqueles localizados na região de floresta amazônica.

De acordo com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a floresta abrange 8 dos 11 estados que obtiveram aumento de taxa de fecundidade relativa ao longo do período estudado, sendo estes: Amazonas, Roraima, Acre, Amapá, Pará, Maranhão, Rondônia, Goiás. O que pode ser um indício de que uma característica regional acarretou em uma menor redução da taxa de fecundidade destes estados. Por outro lado, estados aonde a fecundidade era mais elevada, como a Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará possuíram reduções tamanhas, que os aproximou da média nacional. Indicando assim uma inversão entre as regiões.

RNK de taxa de fecundidade			
UF	1996	2014	Δ
Paraíba	1	10	-9
Rio Grande do Norte	5	13	-8
Ceará	6	11	-5
Pernambuco	11	16	-5
Piauí	3	6	-3
Mato Grosso do Sul	20	22	-2
Bahia	12	14	-2
Tocantins	8	9	-1
Sergipe	7	8	-1
Mato Grosso	16	17	-1
Minas Gerais	18	19	-1
Paraná	22	23	-1
Rio de Janeiro	26	27	-1
Alagoas	2	2	0
Distrito Federal	24	24	0
São Paulo	25	25	0
Espírito Santo	19	18	1
Goiás	21	20	1
Rio Grande do Sul	27	26	1
Rondônia	17	15	2
Santa Catarina	23	21	2
Maranhão	4	1	3
Pará	15	12	3
Amapá	10	4	6
Acre	9	3	6
Roraima	14	7	7
Amazonas	13	5	8

10. Metodologia de mobilidade social

10.1. Desenvolvimento

10.1.1. Status Social

O conceito de mobilidade social deriva da transição de um indivíduo entre status sociais. De acordo com Pastore (1979), o status pode ser considerado: “a posição que o indivíduo ocupa na hierarquia social de um dado sistema de estratificação social”. Desta forma, a classificação da estrutura da sociedade depende das características específicas da mesma. Por exemplo, em sociedades mais primitivas, a posição do indivíduo pode ser determinada por critérios como cor, religião e herança étnica.

Entretanto, os mesmos parâmetros não devem ser aplicados a sociedades modernas. Nestas, os critérios determinantes para definir o status social do indivíduo são seus níveis de educação, profissão e informação. Como argumentado por Pastore, ao se comparar estes dois grupos de sociedades, tradicionais e modernas, deve-se atentar uma diferença clara entre os critérios mais relevantes. O primeiro grupo se baseia principalmente em características atribuídas, ou seja, “o que você é”, e o segundo naquelas que são adquiridas, “o que você consegue fazer”.

Por esse motivo utiliza-se na literatura o Status Ocupacional (profissão e cargo) como uma *proxy* do Status Social. O mesmo será aplicado a esta monografia. Sendo assim, os dois termos serão utilizados de forma indistinta, a não ser em casos específicos aonde a diferença conceitual será destacada para evitar erros de compreensão.

10.1.2. A mobilidade

A mobilidade do status ocupacional pode ocorrer por dois meios: mudanças estruturais e mudanças individuais. O primeiro, seria consequência de mudanças em setores da economia, surgimento de novas ocupações e variações na taxa de desemprego.

Por outro lado, as mudanças individuais como a escolaridade, experiência e capacidade de se relacionar também pode causar a movimentação. O grau de importância desses dois efeitos pode variar não apenas entre duas populações distintas, mas também ao longo do tempo, uma vez que a velocidade do desenvolvimento de uma sociedade pode mudar.

Independentemente da causa da movimentação, ainda é necessário identificar qual é o tipo de mobilidade social observado. Como apresentado anteriormente, existem dois tipos: Mobilidade Circular e Mobilidade Estrutural. Sendo que a direção do movimento de ambos pode ser ascendente ou descendente. Logo, ao se observar os dados de mobilidade social pode-se apontar qual movimentação ocorreu, mas não é possível afirmar quais são as causas desta.

10.1.3. Importância do emprego

Uma forma de se buscar indícios das causas de movimentações sociais é observar o que ocorre com o mercado de trabalho, uma vez que as alterações das características deste podem apontar qual o tipo de mobilidade observada. Por este motivo, a adoção do *Status* Ocupacional como *Proxy* do *Status* Social é tão frequente na literatura. “A mobilidade depende do emprego” (Pastore 1979)

Podemos exemplificar esta importância da seguinte maneira. Caso um setor relativamente novo na economia comece a se desenvolver, como a indústria automobilista na década de 70, novos empregos serão criados, gerando assim uma oportunidade de mobilidade estrutural. Por outro lado, caso determinado setor esteja concentrando pessoas com idade avançada, naturalmente terá de renovar o seu pessoal. Neste caso também ocorrerá mobilidade, mas uma do tipo circular. A própria modernização do mercado de trabalho e a valorização de um determinado setor, que antes não o era, pode apresentar um efeito na estrutura social.

10.1.4. Estratos Sociais

Para se calcular a mobilidade social de uma sociedade é necessário definir como a mesma é estruturada. A questão é que não existe uma hierarquização ocupacional padrão, ou um consenso na literatura sobre qual a melhor metodologia para se construir uma. A estrutura escolhida pode variar não apenas entre autores, mas também em decorrência do problema que o mesmo busca analisar. Por este motivo, foi definida uma categorização simplificada adotando como referência a metodologia de Pastore & Silva (2000)

10.2. Cálculo dos estratos

10.2.1. Estratos sociais simplificados

Para desenvolver os estratos sociais necessários para distribuições dos indivíduos na tabela de mobilidade social, ou matriz de transição, foram adotados dois princípios. Primeiro, manter a abordagem mais objetiva possível, evitando categorizar a posição das ocupações na hierarquia social de forma subjetiva. Segundo, utilizar os conceitos de status ocupacional, educacional e econômico presente em Pastore & Silva (2000) e abordados em Pero (2002), visando facilitar a comparação. Apesar da coerência dos princípios adotados e de sua importância para evitar viés e subjetividade na modelagem dos dados, a metodologia está sujeita a críticas. Isso ocorre uma vez que, para manter os princípios, alguns pontos foram simplificados ou relevados¹⁸.

¹⁸ Uma questão foi a relação com meios de produção.

10.2.2. Cálculo

Os estratos são grupos que agregam características semelhantes como objetivo de permitir uma hierarquização mais ampla e facilitar a análise. Caso contrário, seria necessário construir uma hierarquia para todas as ocupações possíveis, o que levaria à mais subjetividade. Por exemplo, quem estaria acima em uma hierarquia social, um professor de história ou de física?

A construção de estratos não é um ponto sensível, uma vez que sua utilização é amplamente aceita na literatura, mas sim os critérios aplicados para defini-los. Logo, foi adotada a metodologia de Status Ocupacional.

Nesta metodologia calcula-se o status ocupacional dos indivíduos e agregam-se aqueles que possuem a mesma ocupação. Em seguida as ocupações são concentradas em estratos de acordo com os seus status¹⁹. Desta forma, é obtido o status do estrato, que viabiliza a distribuição dos indivíduos utilizando como base apenas a sua resposta sobre a sua ocupação. Essa metodologia apresenta uma grande vantagem para calcular a mobilidade intergeracional. Esta por se tratar da movimentação ocupacional entre pai e filho, normalmente apresenta uma dificuldade de relacionar cada filho com seu respectivo pai.

Caso o objetivo fosse analisar apenas as mudanças na estrutura social entre 1996 e 2014, ou seja, como a população se distribui entre os estratos nestes dois períodos, não seria necessário identificar “quem é filho de quem”. Seria possível observar que o Estrato I passou de 28% da população para 30%, mas não é possível identificar aonde estes 2% “moveis” estão localizados.

¹⁹ No caso as ocupações foram agrupadas em seis grupos, de forma que cada estrato possuísse o mesmo número de ocupações.

Distribuição da população Brasil		
Estrato do filho	1996	2014
Estrato I	28%	30%
Estrato II	17%	18%
Estrato III	22%	25%
Estrato IV	13%	8%
Estrato V	9%	11%
Estrato VI	11%	10%
Total	100%	100%

Entretanto, como o objetivo é a mobilidade, “de onde saiu e para aonde foi”, essa relação é crucial. Logo, ao conseguirmos categorizar a hierarquização das profissões através dos estratos se torna viável identificar as posições de origem ocupacional e de destino ocupacional com as respectivas perguntas da Pnad:

- a) Código da ocupação que seu pai (ou homem responsável pela sua criação) exercia nesse trabalho (único ou principal), quando o entrevistado tinha quinze anos de idade
- b) Código da ocupação no trabalho do entrevistado na semana de referência

Caso fosse necessário calcular o estrato ocupacional do pai, e não fazer apenas por sua profissão, seria necessário que o mesmo também houvesse respondido a Pnad e que fosse possível vincular as respostas do mesmo com a do filho. Mesmo se possível, isso limitaria em muito a amostra.

10.2.3. Status Ocupacional

Nesta metodologia deve-se compor o status ocupacional em função de duas outras variáveis, o status econômico e o status educacional. O primeiro é definido como a renda

gerada através da ocupação principal do indivíduo. A decisão de utilizar apenas esta parcela da renda no lugar de renda total é evitar um efeito de magnitude positiva consequente de indivíduos com herança e pessoas com ocupações múltiplas. Desta forma, observa-se o fator econômico da posição da ocupação na hierarquização. Caso contrário, uma profissão como guarda-noturno, que hipoteticamente permite o indivíduo exercer outra ocupação durante o dia, poderia obter um maior *status* econômico do que uma ocupação com mesma remuneração, mas que ocupe uma maior parcela do dia.

A questão da herança também poderia enviesar a análise de mobilidade, uma vez que indivíduos do maior estrato teriam uma vantagem em relação a aqueles que não possuem. Outro problema ocorre em caso de os herdeiros estarem concentrados em algumas profissões. Esse fato também geraria viés ao distorcer a remuneração desta ocupação.

10.2.4. Status Educacional

O *status* educacional é definido como a renda esperada dada a idade e a escolaridade do indivíduo. Esta variável pode ser calculada de maneiras diversas. Pero (2002) utiliza uma função renda-escolaridade com base nos dados do Censo de 1991. Para este cálculo seria necessário definir variáveis que não foram apresentadas pela autora, o que acarretaria em mais subjetividade. Pastore & Silva (2000) utilizam os próprios dados da Pnad para calcular o *status*. Para isso, deve-se categorizar os indivíduos em *cluster* de idade e sua escolaridade. Permitindo assim calcular a renda média da ocupação principal dos grupos.

	Sem instrução	1 ano de estudo	2 anos de estudo	3 anos de estudo	4 anos de estudo	5 anos de estudo	6 anos de estudo	7 anos de estudo	8 anos de estudo	9 anos de estudo	10 anos de estudo	11 anos de estudo	12 anos de estudo	13 anos de estudo	14s ano de estudo	15 ou + anos de estudo
20-24	168	190	175	198	239	267	306	337	395	370	413	524	627	864	789	845
25-29	183	200	230	291	302	349	358	379	471	555	540	744	988	939	780	1521
30-34	192	249	266	304	341	379	416	475	533	565	635	852	1012	1220	1944	1941
35-39	196	268	265	339	392	398	497	491	596	680	808	902	1288	1439	1486	2141
40-44	223	281	303	339	484	482	480	678	700	788	875	1037	1421	1595	1790	2565
45-49	208	253	277	361	512	462	574	631	688	879	1205	1127	1149	1560	1470	2525
50-54	205	263	323	347	431	549	501	490	711	663	875	980	1072	1085	1499	2584
55-59	156	226	245	284	388	371	369	381	510	419	503	728	659	972	873	1979
60-64	127	128	255	284	310	266	577	287	371	90	423	546	329	875	427	1638

Tabela desenvolvida nesta monografia. Dados: Pnad 1996

Obtido os *status* educacional e econômico, estes devem ser utilizados no cálculo do *status* ocupacional. Esta etapa pode ser realizada de diferentes formas²⁰, mas a de uso mais frequente é a média simples entre os dois *status*, como demonstrado em Pastore & Silva (2000). Desta forma, é obtido o *status* individual, que é o status ocupacional do indivíduo.

10.2.5. Distribuição das ocupações nos estratos

Calculado os *status* individuais, estes devem ser agregados por código de ocupação dos indivíduos, gerando o *status* ocupacional da ocupação. Neste momento que as ocupações são distribuídas para calcular o *status* ocupacional do estrato. Este é o ponto mais subjetivo do processo uma vez que a categorização utilizada para agrupar as ocupações pode variar. Por exemplo, pode-se utilizar a relação com os fatores de produção, a autonomia do trabalhador para exercer a sua profissão, ser um trabalhador rural ou urbano, quantidade de capital humano necessário para exercer a profissão. Para evitar esta subjetividade, optou-se por categorizar as ocupações em 6 estratos proporcionais de acordo com seu valor de *status* ocupacional. Por exemplo, caso tenham 600 ocupações os 100 com menor *status* estão no estrato 1, e assim por diante até os 100 com maior *status* comporem o estrato 6.

²⁰ Pero 2002 testa diferentes alternativas de construção do status ocupacional em função dos status educacional e econômico.

Para o cálculo dos estratos foram utilizadas algumas restrições na amostra. O primeiro foi retirar indivíduos com idade superior a 64 anos e inferior a 20. Desta forma, retira-se os aposentados, que já não exercem nenhuma ocupação e aqueles que não entraram no mercado de trabalho, ou que não possuem ainda idade suficiente para definir o seu trabalho atual como referência para a ocupação que exercerá durante longa parte de sua vida.

A segunda restrição é tirar aqueles que não se enquadram como pessoa de referência ou conjuge. Também não foi utilizada a amostra de mulheres. A questão para isso é que a mobilidade social é uma variável de longo prazo. Logo, com as mudanças do papel da mulher na sociedade nos últimos 30 anos, seria possível identificar ocupações muito divergentes entre mãe e filha. Inclusive, o parente de referência para a mobilidade intergeracional, o pai ou a mãe, não é claro, uma vez que há pouca literatura sobre a mobilidade social de longo prazo da mulher. A última restrição é retirar aqueles que não souberam informar a sua renda.

10.3. Tabelas de Mobilidade

10.3.1. Distribuição dos indivíduos na matriz

Definidos os estratos que hierarquizam as matrizes de transição e a distribuição das ocupações, é possível distribuir os indivíduos nos estratos. Para isso deve-se utilizar a resposta de qual a sua ocupação principal no período em que responde o questionário. Desta forma, com a ocupação do indivíduo é possível identificar a qual estrato pertence. Esta será a sua posição de destino ocupacional. Entretanto, para identificar a posição de origem, deve-se questionar qual é o tipo de mobilidade analisada.

Caso seja a mobilidade intrageracional, ou seja, ao longo da vida do indivíduo, utiliza-se como a padrão na literatura a primeira ocupação que este indivíduo possuiu em sua vida. No caso de mobilidade intergeracional, que é o caso abordado, deve-se verificar qual foi a ocupação de seu pai quando o indivíduo que responde o questionário possuía

15 anos. Logo, com esta resposta é possível repetir o processo feito para categorizar a ocupação do filho para o pai.

Aqueles indivíduos que não souberam responder o trabalho do pai foram descartados. Outro caso que também ocorreu foi a impossibilidade de categorizar algumas ocupações dos pais²¹.

10.3.2. Estrutura da Matriz de Mobilidade

A matriz possui a seguinte estrutura: em seu eixo vertical estão em ordem crescente os estratos do pai, enquanto em seu eixo horizontal os estratos dos filhos. Desta forma, os indivíduos que responderam a Pnad devem ser distribuídos de acordo com a sua ocupação e a de seu pai. Por exemplo: o indivíduo C2 está na segunda linha e terceira coluna, possui uma ocupação do terceiro estrato e seu pai do segundo estrato. Visando facilitar a compreensão serão definidos nomes simbólicos para os estratos²².

Status do indivíduo							
Status do Pai	1.	2.	3.	4.	5.	6.	Total
1. Baixo-inferior	A1	B1	C1	D1	E1	F1	Total 1
2. Baixo-superior	A2	B2	C2	D2	E2	F2	Total 2
3. Médio-inferior	A3	B3	C3	D3	E3	F3	Total 3
4. Médio-médio	A4	B4	C4	D4	E4	F4	Total 4
5. Médio-superior	A5	B5	C5	D5	E5	F5	Total 5
6. Alto	A6	B6	C6	D6	E6	F6	Total 6
Total	A Total	B Total	C Total	D Total	E Total	F Total	Total

²¹ Se uma ocupação não possui amostra no grupo de filhos, não é possível calcular o status da ocupação. Desta forma, não é possível categorizar a mesma na hierarquia social. Logo, é necessário descartar os “pais” com esta ocupação.

²² Os nomes possuem caráter ilustrativo e foram baseados nos sugeridos em Pastore e Valle Silva 2000.

A vantagem da matriz de transição é a facilidade de analisar a distribuição da mobilidade de uma população. Por exemplo, se o indivíduo está na linha dois e coluna dois, ele e seu pai possuem o mesmo estrato. Logo, podemos dizer que o indivíduo está imóvel. Aplicando a mesma lógica os indivíduos que estão sobre a diagonal da matriz encontram-se todos imóveis.

Status do indivíduo						
Status do Pai	1.	2.	3.	4.	5.	6.
1. Baixo-inferior	A1	B1	C1	D1	E1	F1
2. Baixo-superior	A2	B2	C2	D2	E2	F2
3. Médio-inferior	A3	B3	C3	D3	E3	F3
4. Médio-médio	A4	B4	C4	D4	E4	F4
5. Médio-superior	A5	B5	C5	D5	E5	F5
6. Alto	A6	B6	C6	D6	E6	F6

Por outro lado, se o indivíduo está na quarta coluna e primeira linha, este está no quarto estrato enquanto o seu pai estava no primeiro. Desta forma, podemos afirmar que o indivíduo em questão apresentou mobilidade social intergeracional ascendente. No caso, saindo do primeiro estrato para o quarto. Opostamente, se o indivíduo está na quinta coluna e sexta linha, este apresentou mobilidade intergeracional descendente, uma vez que seu pai era do sexto estrato e ele agora é do quinto. Logo, podemos afirmar que todos os indivíduos acima da linha da diagonal apresentação ascensão, enquanto aqueles abaixo descenderam socialmente.

10.3.3. Modelos de tabelas

Nesta monografia serão apresentados três modelos de tabela de mobilidade visando facilitar a análise dos dados obtidos. Apesar de ambos possuírem a mesma estrutura

explicitada anteriormente é necessário compreender a diferença entre os modelos para não interpretar os dados de forma equivocada.

O primeiro modelo, “Distribuição de Indivíduos”, é o apresentado anteriormente, aonde mostra a distribuição em números absolutos da amostra do ano definido. O segundo modelo, “Distribuição de Percentual”, apresenta a distribuição percentual da população, permitindo assim analisar aonde a população se encontra concentrada. A terceira matriz, “Distribuição de Filhos”, apresenta a distribuição percentual dos indivíduos que possuem o pai do estrato específico. Com intuito de ilustração segue exemplos dos modelos.

Tabela 2.1.0.1: Distribuição dos indivíduos

Distribuição dos indivíduos - Brasil 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	2439	1054	1226	303	339	187	5548
2. Baixo-superior	400	501	486	183	178	110	1858
3. Médio-inferior	309	282	734	191	267	216	1999
4. Médio-médio	68	60	128	91	97	107	551
5. Médio-superior	84	63	155	93	208	213	816
6. Alto	28	17	66	42	104	251	508
Total	3328	1977	2795	903	1193	1084	11280

Tabela 2.1.0.2: Distribuição percentual

Distribuição percentual - Brasil 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	21,6%	9,3%	10,9%	2,7%	3,0%	1,7%	49%
2. Baixo-superior	3,5%	4,4%	4,3%	1,6%	1,6%	1,0%	16%
3. Médio-inferior	2,7%	2,5%	6,5%	1,7%	2,4%	1,9%	18%
4. Médio-médio	0,6%	0,5%	1,1%	0,8%	0,9%	0,9%	5%
5. Médio-superior	0,7%	0,6%	1,4%	0,8%	1,8%	1,9%	7%
6. Alto	0,2%	0,2%	0,6%	0,4%	0,9%	2,2%	5%
Total	30%	18%	25%	8%	11%	10%	100%

Tabela 2.1.0.3: Distribuição dos filhos

Distribuição dos filhos - Brasil 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	44%	19%	22%	5%	6%	3%	49%
2. Baixo-superior	22%	27%	26%	10%	10%	6%	16%
3. Médio-inferior	15%	14%	37%	10%	13%	11%	18%
4. Médio-médio	12%	11%	23%	17%	18%	19%	5%
5. Médio-superior	10%	8%	19%	11%	25%	26%	7%
6. Alto	6%	3%	13%	8%	20%	49%	5%
Total	30%	18%	25%	8%	11%	10%	100%

10.3.4. Abordagens

Visando analisar as nuances da mobilidade social no território nacional, optou-se por calcular as tabelas para cada estado brasileiro. Entretanto, devido ao tamanho reduzido das amostras de alguns estados, como por exemplo o Acre de 1996 com 128 indivíduos, também foram calculadas as matrizes de transição por Macrorregião. Desta forma, é possível analisar a diferença entre as regiões e como cada estado afeta individualmente a sua.

11. Movimentos na hierarquia social

Este capítulo é dedicado a analisar as matrizes de transição desenvolvidas nesta monografia. O objetivo é apontar as movimentações sócio ocupacionais encontradas entre pais e filhos, (posição de origem e destino), assim como a probabilidade de mobilidade intergeracional. Para identificar as movimentações serão utilizadas as tabelas de distribuição de indivíduos e percentual. Enquanto isso, para abordar a probabilidade de um filho de pai de determinado estrato mover para outro, serão utilizadas as tabelas do tipo “distribuição de filhos”.

Na primeira seção serão explicitados o resultado nacional e das macrorregiões brasileiras do ano de 1996. Além de se comparar os desempenhos e características das regiões. Na segunda parte, serão apresentadas as movimentações dos dados de 2014. Entretanto, diferentemente da primeira seção os dados observados também serão comparados em relação aos respectivos desempenhos em 1996. Este capítulo não abordará o quão móvel são as regiões, ou qual possui maior mobilidade. Para responder estas perguntas deve-se utilizar as medidas de mobilidade, o que será feito no próximo capítulo.

O conteúdo das matrizes de transição é decorrente do processo descrito no capítulo de metodologia e desenvolvidos para esta monografia. As tabelas encontram-se nos apêndices 1 e 2, sendo o primeiro referentes aos dados de 1996 e o segundo do ano de 2014²³. Mencionado o conteúdo de uma matriz a mesma pode ser apresentada abaixo ou não²⁴.

²³ Foram criadas matrizes de transição para todas as unidades federais, mas devido ao seu grande número não se encontram todas nos apêndices.

²⁴ Se ocorrer o segundo caso, será mencionada o código da tabela para facilitar a busca nos apêndices.

11.1. Mobilidade 1996

Brasil

A tabela 1.1.0.1 nos permite identificar quantos indivíduos estão presentes em cada “casa” da matriz, inclusive o número total da amostra de 44.046 indivíduos. Apesar de ser possível utilizar o modelo “Distribuição de Indivíduos” para analisar os dados, a tabela de “Distribuição percentual” facilita a interpretação dos resultados.

Tabela: 1.1.0.2

Distribuição percentual - Brasil 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	23,9%	10,1%	10,2%	5,7%	3,1%	2,6%	56%
2. Baixo-superior	1,4%	3,1%	2,8%	1,6%	0,9%	0,8%	11%
3. Médio-inferior	1,0%	1,5%	4,5%	2,2%	1,6%	1,6%	12%
4. Médio-médio	0,6%	1,1%	2,1%	2,2%	1,5%	2,0%	10%
5. Médio-superior	0,9%	0,7%	1,2%	0,9%	1,1%	1,3%	6%
6. Alto	0,2%	0,3%	0,9%	0,9%	1,0%	2,5%	6%
Total	28%	17%	22%	13%	9%	11%	100%

Observando os valores totais das linhas e colunas, nota-se uma clara mobilidade, mais especificamente uma ascensão. Os valores apresentados na última coluna informam que 56% dos pais se localizavam no extrato 1, ou Baixo-inferior, e que apenas 6% pertenciam ao extrato 6, ou Alto. Por outro lado, a última linha apresenta que apenas 28% dos filhos estão no grupo 1 enquanto o extrato 6 aumentou para 11%. Entretanto, qual era a posição de origem dos filhos que se encontram no extrato 6 e para onde foram os indivíduos que os pais pertenciam ao Baixo-inferior?

Ainda na tabela 1.1.0.2 pode-se ver que o número de pessoas que saíram da “Baixo-inferior” e ascenderam decresce quanto maior o valor do extrato. Por exemplo: 10,2% das

peçoas estão na posição²⁵ 3:1, ascendendo do estrato 1 para o Médio-inferior, enquanto apenas 2,6% conseguiram ascender para o estrato Alto. Isso aponta que quanto maior a distância entre o estrato de origem e o de destino maior a dificuldade, e menor a probabilidade, de ocorrer esta movimentação. Esse resultado mostra-se condizente com a literatura²⁶, uma vez que comumente a distância entre os estratos é utilizada para o cálculo da mobilidade²⁷.

Outro indício desta relação, entre distância do movimento e probabilidade, é observado na linha 6 da tabela 1.1.0.2. Pode-se ver que assim como o ocorrido na primeira linha, o número de pessoas presentes nas células tende a aumentar quanto mais próximo do seu estrato de origem. Desta forma, é menos provável que o filho de um membro do estrato 6 se localize no estrato 2 do que se encontre no 4.

Tabela: 1.1.0.3

Distribuição dos filhos - Brasil 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	43%	18%	18%	10%	6%	5%	56%
2. Baixo-superior	13%	29%	26%	15%	9%	8%	11%
3. Médio-inferior	8%	12%	36%	17%	13%	13%	12%
4. Médio-médio	7%	11%	22%	23%	16%	20%	10%
5. Médio-superior	14%	11%	19%	15%	19%	21%	6%
6. Alto	4%	6%	15%	15%	18%	43%	6%
Total	28%	17%	22%	13%	9%	11%	100%

Essa análise é auxiliada pela utilização da tabela 1.1.0.3 de “Distribuição de filhos”. Nesta é apresentado como os filhos de pais de um determinado estrato se distribuem ao longo da hierarquia social. Por exemplo, na linha 6, ou seja, dos filhos de pais do estrato Alto, 4% está no estrato Baixo-inferior e 15% está no médio inferior.

²⁵ Nesta notação primeiro número se refere a coluna e o segundo a linha.

²⁶ A questão da distância de movimento é bastante debatida na literatura. Verificar Pastore 1979.

²⁷ Um exemplo é o índice de Bartholomew.

Essa informação permite analisar quantos dos filhos se mantem no mesmo grupo que seu pai. Esses são os indivíduos localizados na diagonal, e de maneira geral representam o maior percentual de suas linhas. Desta forma, dado o estrato do pai o estrato que possui a maior probabilidade de ser o do filho é o do próprio pai, e aqueles que possuem a menor probabilidade são os mais distantes. Esta característica é mais presente nos extremos da hierarquia social, ou seja, a probabilidade de um filho do estrato 1 ou 6 ser do mesmo estrato do pai é maior que o de um filho de estrato 4 ser do estrato 4. Essa característica não quer dizer que a probabilidade de o filho ser do mesmo estrato do pai é maior que a de não ser. Apenas é maior do que a probabilidade do filho mover para outro estrato específico.

Região Norte

Como pode ser observada na tabela 1.2.0.1 a amostra da Região Norte é de apenas 2957, sendo assim entre as regiões a de menor tamanho. Comparando com o tamanho das amostras das regiões de maior (14.081) e segunda menor (4.966) amostragem (Sudeste e Centro-oeste respectivamente) é perceptível que este fato reduz a precisão como consequência da alta variância. Esta limitação deve ser considerada na parte de análise, mas não inviabiliza a descrição dos resultados obtidos.

Tabela: 1.2.0.2

Distribuição percentual – Região Norte 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	18,4%	10,3%	12,2%	9,0%	2,9%	3,1%	56%
2. Baixo-superior	1,2%	2,4%	1,9%	1,6%	0,4%	0,4%	8%
3. Médio-inferior	0,8%	1,2%	3,2%	2,2%	1,4%	1,7%	11%
4. Médio-médio	1,0%	0,8%	2,5%	2,8%	2,0%	1,8%	11%
5. Médio-superior	1,3%	0,8%	1,4%	1,1%	1,0%	1,5%	7%
6. Alto	0,7%	0,7%	1,6%	1,5%	0,7%	2,1%	7%
Total	23%	16%	23%	18%	9%	11%	100%

A tabela 1.2.0.2 aponta uma elevada concentração dos pais no estrato 1, alcançando mais da metade das amostras. Inclusive, dado qualquer coluna, a maior concentração da população se encontra na primeira linha. Desta forma, independentemente do estrato de um indivíduo, o Baixo-inferior é o que possui maior probabilidade de ser o seu estrato de origem. Entretanto, ao analisar a tabela 1.2.0.3 pode ser percebido que os números presentes nas células 1:1 e 6:6 são menores que os presentes na tabela 1.1.0.3 (referente ao Brasil). Desta forma, nesta região, o estrato do filho depende menos do estrato do pai nos extremos. Por exemplo, o filho de um pai estrato 1 tem menor probabilidade de se manter neste estrato se ele for do Norte do que o brasileiro em geral. Por outro lado, o mesmo ocorre na célula 6:6. Logo, não aparenta ser uma questão de ascensão na hierarquia social, mas sim uma mobilidade bilateral que também eleva a probabilidade de descender.

Região Nordeste

Diferentemente do caso da Região Norte, a Região Nordeste possui uma amostra significativa de 12.453. Esta região se destaca por possuir a maior concentração no estrato Baixo-inferior entre todas as regiões. No caso, 62% dos pais pertencem a este grupo enquanto 39% dos filhos também o fazem. Desta forma, a região apesar de reduzir o percentual de membros neste estrato, mantém o maior número (percentual) de filhos com posição de destino no estrato 1.

Tabela: 1.3.0.2

Distribuição percentual – Região Nordeste 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	34,4%	9,6%	8,4%	5,9%	2,4%	1,8%	62%
2. Baixo-superior	1,5%	2,8%	2,1%	1,4%	0,7%	0,6%	9%
3. Médio-inferior	1,0%	1,3%	3,8%	1,8%	1,0%	0,8%	10%
4. Médio-médio	0,9%	1,2%	2,4%	2,7%	1,3%	1,9%	10%
5. Médio-superior	0,6%	0,5%	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%	4%
6. Alto	0,2%	0,2%	0,6%	0,7%	0,8%	2,0%	5%
Total	39%	16%	18%	13%	7%	8%	100%

Além disso, a região possui o menor número de indivíduos (percentual) localizados no estrato 6, ou seja, o topo da hierarquia social se encontra mais concentrado do que nas demais regiões. Assim como no caso “Brasil” o percentual da população tende a ser menor toda vez que se avança um estrato. Não apenas para o filho, mas também para o pai, indicando que essa característica não é recente.

Tabela: 1.3.0.3

Distribuição dos filhos – Região Nordeste 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	55%	15%	13%	9%	4%	3%	62%
2. Baixo-superior	17%	31%	23%	16%	7%	6%	9%
3. Médio-inferior	10%	14%	39%	18%	11%	8%	10%
4. Médio-médio	9%	12%	23%	26%	13%	18%	10%
5. Médio-superior	16%	11%	18%	19%	16%	20%	4%
6. Alto	4%	5%	14%	16%	17%	44%	5%
Total	39%	16%	18%	13%	7%	8%	100%

A tabela 1.3.0.3 também corrobora com uma sociedade com pouca mobilidade. Apresenta na célula 1:1 54%, ou seja, se o pai é do estrato Baixo-inferior, o filho possui uma maior probabilidade de ser do estrato 1 do que não ser. Entre todas as regiões, a nordeste é a que apresenta menor probabilidade de ascensão para um filho de estrato 1. Podendo indicar assim a presença de uma “armadilha da pobreza²⁸”. O que justifica o porquê de 34% de sua amostra estar localizada na célula 1:1 (tabela 1.3.0.2), e o motivo de ser a região com o maior percentual da sua população nesta célula.

Apesar do elevado número para a célula 6:6 (44%) não é o maior entre as regiões. Mesmo sendo apenas o terceiro maior, a diferença entre a Nordeste e o primeiro lugar (Região

²⁸ Termo econômico utilizado para definir um cenário aonde o indivíduo por possuir baixa renda não consegue obter os meios necessários para sair desta situação, mesmo buscando o fazer.

Sul) é menor que 1%. Logo, a região também apresenta baixa mobilidade para aqueles localizados no estrato Alto, o que evidencia possível presença de uma “elite tradicional”.

Região Sudeste

A região sudeste é a que apresenta uma maior amostragem (14.081). Apesar de seu pequeno território quando comparada com as demais regiões, é bastante populosa. Como demonstrado na tabela 1.4.0.2, possui apenas 49% dos pais no estrato Baixo Inferior, o menor percentual entre as regiões. O mesmo ocorre em relação aos filhos, com apenas 21% classificado como do estrato 1.

Tabela: 1.4.0.2

Distribuição percentual – Região Sudeste 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	17,5%	10,2%	10,6%	4,9%	3,3%	2,4%	49%
2. Baixo-superior	1,4%	3,6%	3,7%	1,8%	1,2%	1,0%	13%
3. Médio-inferior	1,0%	1,8%	5,9%	2,7%	2,1%	2,1%	16%
4. Médio-médio	0,5%	1,1%	2,4%	2,2%	1,7%	2,2%	10%
5. Médio-superior	0,7%	0,6%	1,2%	0,8%	1,3%	1,5%	6%
6. Alto	0,2%	0,3%	1,0%	1,0%	1,2%	2,9%	7%
Total	21%	18%	25%	13%	11%	12%	100%

Um ponto que pode justificar esta característica é a urbanização de seus estados, uma vez que profissões típicas da zona rural costumam estar presentes na base da hierarquia social²⁹. Aprofundando a análise no nível estadual é possível observar que aqueles com urbanização mais avançada, Rio de Janeiro e São Paulo, possuem a parcela da sua população no estrato 1 menor que os demais. Além disso, também possuem uma maior parcela no estrato

²⁹ Comumente profissões ligadas a trabalhos braçais em zona rurais são classificados no estrato mais inferior na hierarquia social. Exemplos da literatura que utilizam hierarquias com esta característica são: Pero 2006, Pastore 1979, Silva 1973 e Pastore e Silva 2000.

Alto, indicando que o processo de urbanização causa mobilidade estrutural e mudanças na distribuição de indivíduos na hierarquia social³⁰.

Região Sudeste				
Estado	1. Baixo-inferior		6. Alto	
	Pai	Filho	Pai	Filho
RJ	31%	14%	10%	14%
SP	49%	14%	6%	13%
MG	57%	31%	5%	10%
ES	67%	36%	4%	9%

Se a região possui menos indivíduos no estrato 1, uma pergunta válida seria qual estrato seria a contrapartida deste processo. Estes estão nos estratos Baixo-superior e Médio-inferior. Isso demonstra que estes indivíduos se encontram em estratos normalmente relacionados com trabalhadores urbanos não qualificados e semiqualificados (Pastore e Silva 2000). Esse resultado se mostra compatível com uma restrição na distância da mobilidade, ou seja, os indivíduos não conseguem ascender muitos estratos. Comparando os tamanhos dos estratos (percentualmente) com as demais regiões, vê-se que a Região Sudeste possui o maior percentual da população nos estratos 2 e 3, mas não no 4, 5, e 6. Sendo assim, é mais difícil para ascender da base (estratos 1,2 e 3) até o topo da hierarquia social (estratos 5 e 6) do que na Região Sul, por exemplo.

Na Tabela 1.4.0.3, é possível analisar este comportamento ao se observar que os filhos de pais dos estratos 1, 2 e 3 na região sudeste possuem maior probabilidade de ascender entre estes estratos do que no resto do país. Entretanto, os filhos de pais dos estratos 5 e 6 possuem menor probabilidade de descender para a base da hierarquia social e os filhos de 1, 2 e 3 de ascender para o topo do que no resto do Brasil.

³⁰ Deve-se ter em mente que ao estudar mobilidade social intergeracional, observa-se um acontecimento que necessita de décadas para ocorrer. Logo, pode ser influenciado por processos contínuos de urbanização.

Tabela: 1.4.0.3

Distribuição dos filhos – Região Sudeste 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	36%	21%	22%	10%	7%	5%	49%
2. Baixo-superior	11%	28%	29%	14%	9%	8%	13%
3. Médio-inferior	6%	12%	38%	17%	14%	13%	16%
4. Médio-médio	5%	11%	24%	22%	17%	22%	10%
5. Médio-superior	11%	10%	20%	14%	21%	24%	6%
6. Alto	3%	5%	15%	14%	19%	44%	7%
Total	21%	18%	25%	13%	11%	12%	100%

Região Sul

A Região Sul entre todas as regiões é a que possui a maior parcela da população localizada no estrato Alto. Isso ocorre tanto com os pais, com 7%, quanto com os filhos, com 13%. Demonstrando que essa sociedade possui um maior número de pessoas no topo de sua hierarquia. Entretanto, esse fato não é sinônimo de elevada mobilidade.

Tabela: 1.5.0.2

Distribuição percentual – Região Sul 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	21,5%	10,4%	10,4%	5,2%	3,5%	3,4%	54%
2. Baixo-superior	1,4%	3,3%	2,6%	1,4%	1,1%	0,8%	11%
3. Médio-inferior	1,0%	1,5%	4,4%	2,0%	2,0%	2,0%	13%
4. Médio-médio	0,5%	0,9%	1,6%	1,7%	1,6%	1,9%	8%
5. Médio-superior	1,1%	0,9%	1,5%	0,9%	1,3%	1,4%	7%
6. Alto	0,2%	0,4%	0,9%	1,0%	1,2%	3,0%	7%
Total	26%	17%	21%	12%	11%	13%	100%

Como pode ser visto na Tabela 1.5.0.3, os filhos de pais do estrato Alto possuem maior probabilidade de se manterem neste estrato (44%) do que no resto do país (43%). Por outro lado, o filho de pai do estrato 1 possui maior chance de sair deste (60%) que o brasileiro em

geral (57%). Comparando os dados das tabelas de distribuição de filhos das Regiões Sul e Sudeste. Observa-se, que de maneira geral, a probabilidade de ascender ao estrato 6 é maior para indivíduos que possuem outro estrato como o seu de origem.

Essa é uma característica particular desta região, dado o estrato do pai, o filho possui maior probabilidade de se encontrar no estrato Alto do que a média dos brasileiros. Desta forma, a barreira para a ascender da base para o topo da hierarquia social aparenta ser menor do que na Região Sudeste.

Tabela: 1.5.0.3

Distribuição dos filhos – Região Sul 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	40%	19%	19%	10%	6%	6%	54%
2. Baixo-superior	13%	31%	25%	13%	10%	8%	11%
3. Médio-inferior	8%	12%	34%	16%	15%	15%	13%
4. Médio-médio	6%	11%	19%	21%	19%	23%	8%
5. Médio-superior	15%	12%	21%	13%	18%	20%	7%
6. Alto	3%	6%	13%	15%	18%	44%	7%
Total	26%	17%	21%	12%	11%	13%	100%

Região Centro-Oeste

A região se caracteriza por possuir uma grande concentração de sua população com posição de origem no estrato Baixo-inferior, cerca de 61%, sendo assim a segunda região com maior concentração neste estrato. Entretanto, diferentemente da Região Nordeste, que é a primeira, a região reduziu consideravelmente o número de pessoas com posição de destino no estrato 1, alterando assim para apenas 30% dos seus indivíduos.

Tabela 1.6.0.2

Distribuição percentual – Região Centro-Oeste 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	25,4%	10,5%	11,2%	6,0%	4,0%	3,4%	61%
2. Baixo-superior	1,1%	2,0%	2,4%	1,6%	0,7%	0,9%	9%
3. Médio-inferior	0,7%	1,0%	2,9%	1,9%	1,3%	1,6%	9%
4. Médio-médio	0,6%	0,9%	1,7%	1,7%	1,2%	1,8%	8%
5. Médio-superior	1,6%	1,0%	1,1%	1,3%	1,5%	1,6%	8%
6. Alto	0,4%	0,3%	0,8%	0,6%	0,9%	2,1%	5%
Total	30%	16%	20%	13%	10%	11%	100%

Apesar desta análise poder ser criticada devido ao tamanho de amostra reduzido, de 4.966, este resultado condiz com a urbanização que ocorreu na região. Deve-se lembrar que mobilidade é uma variável de longo prazo. Levando em conta que a idade média dos indivíduos foi de 39, em 1996, e que a posição do pai é determinada pela ocupação que este possuía quando o entrevistado tinha 15 anos, ou seja, em 1971. Logo, estamos falando de um período de expansão da urbanização e concentração em cidades de médio porte como Anápolis, Rio Verde e Catalão (I.Lacroix 2013), além da expansão dos principais centros. Outro critério que pode ter influenciado esta análise é o fato da amostra de Brasília representar 20,1% do total da região e possuir elevada mobilidade.

Tabela: 1.6.0.3

Distribuição dos filhos – Região Centro-Oeste 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	42%	17%	19%	10%	7%	6%	61%
2. Baixo-superior	13%	23%	27%	18%	8%	11%	9%
3. Médio-inferior	8%	11%	31%	20%	14%	17%	9%
4. Médio-médio	8%	12%	21%	22%	16%	22%	8%
5. Médio-superior	19%	12%	14%	16%	19%	20%	8%
6. Alto	7%	6%	16%	11%	19%	41%	5%
Total	30%	16%	20%	13%	10%	11%	100%

Analisando a Tabela 1.6.0.3 é possível perceber que ocorreu um processo semelhante à Região Sul. Onde a probabilidade de ascender ao topo da hierarquia sócio ocupacional é maior do que a média do Brasil para os indivíduos com posição de origem na base da hierarquia. Entretanto, a probabilidade de descender do topo para o estrato Baixo-inferior também é maior que do brasileiro médio.

11.2. Mobilidade 2014

Brasil

A tabela 2.1.0.2 apresenta a distribuição percentual da população brasileira no ano de 2014. Analisando-se o total de indivíduos que possuem sua posição de origem no estrato Baixo-inferior e que possui a posição de destino neste mesmo estrato, é possível observar que ocorreu uma redução de 19%. Sendo que os indivíduos com posição de origem e destino no estrato 1, representam apenas 21,6% da população. Opostamente, ao analisar os indivíduos cujos os pais se encontravam no estrato Alto, é encontrado um aumento de 5% da população. Desta forma, o número de filhos que estão no estrato 6 é o dobro do número de pais que pertenciam a esse estrato. Logo, os dados apontam para um movimento de ascensão na hierarquia social.

Tabela: 2.1.0.2

Distribuição percentual - Brasil 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	21,6%	9,3%	10,9%	2,7%	3,0%	1,7%	49%
2. Baixo-superior	3,5%	4,4%	4,3%	1,6%	1,6%	1,0%	16%
3. Médio-inferior	2,7%	2,5%	6,5%	1,7%	2,4%	1,9%	18%
4. Médio-médio	0,6%	0,5%	1,1%	0,8%	0,9%	0,9%	5%
5. Médio-superior	0,7%	0,6%	1,4%	0,8%	1,8%	1,9%	7%
6. Alto	0,2%	0,2%	0,6%	0,4%	0,9%	2,2%	5%
Total	30%	18%	25%	8%	11%	10%	100%

A tabela 2.1.0.3 permite analisar como se encontram distribuídos os filhos dos pais de um determinado estrato. Com esses dados é possível perceber que o grupo que representa 21,6% da população, mencionado anteriormente, representa 44% dos filhos com posição de origem no estrato 1. Logo, para um indivíduo pertencente a este grupo é mais provável que este possua mobilidade ocupacional ascendente do que imobilidade. Por outro lado, ao observar a célula 6:6, percebe-se que apenas 49% dos filhos de posição de origem 6, permanecem nesta posição. Sendo assim, é mais provável que ocorra uma queda na hierarquia social para os filhos de pai do estrato Alto, do que este se mantenha no estrato 6. Outro ponto que se destaca é que para indivíduos dos estratos Médio-médio e Médio-superior a probabilidade de moverem para qualquer estrato acima de seus próprios é maior do que de se manter estagnado.

Tabela: 2.1.0.3

Distribuição dos filhos - Brasil 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	44%	19%	22%	5%	6%	3%	49%
2. Baixo-superior	22%	27%	26%	10%	10%	6%	16%
3. Médio-inferior	15%	14%	37%	10%	13%	11%	18%
4. Médio-médio	12%	11%	23%	17%	18%	19%	5%
5. Médio-superior	10%	8%	19%	11%	25%	26%	7%
6. Alto	6%	3%	13%	8%	20%	49%	5%
Total	30%	18%	25%	8%	11%	10%	100%

Realizada a análise dos dados de 2014, pode-se comparar estes com os obtidos sobre 1996 e observar como a distribuição dos indivíduos na hierarquia social se alterou entre estes períodos. Também é possível analisar se os movimentos observados em 1996 afetaram a sociedade e se estes ainda são presentes. Entretanto, para se fazer isso deve-se ter em mente que parte dos indivíduos antes classificados como filho em 1996 estarão na função de pai em 2014, mas alguns “filhos” se mantem como tal.

Comparando as tabelas 1.1.0.2 e 2.1.0.2 é possível observar que o número de indivíduos com posição de origem no estrato 1 foi reduzida, mas a quantidade de pessoas que possuem a posição de destino o estrato Baixo-inferior aumentou. Desta forma, pode-se dizer que apesar de ocorrer ascensão do passado, parcela desta população está retornando ao estrato 1. Este resultado condiz com os dados observados nas tabelas de Distribuição de filhos dos dois anos (tabelas 2.1.0.3 e 1.1.0.3). Em 1996 vê-se um movimento de ascensão do estrato 1 para 2 e 3 de aproximadamente 10% da população para cada estrato. Enquanto em 2014 ocorre uma descendência de 3,5% e 2,7% da população dos estratos 2 e 3 para o 1. Como pode-se perceber, uma parcela considerável do grupo que ascendeu não retornou. Isso justifica o aumento das parcelas da população que possuem posição de destino os estratos 2 e 3 em 2014. Sendo este aumento aproximado de 1% e 3% respectivamente.

Ainda comparando as tabelas de distribuição de filhos, observa-se que caso o indivíduo seja filho de pai do estrato 1 e 6 estes terão maior probabilidade de se manter neste estrato em 2014 do que em 1996. Opostamente, a probabilidade de um indivíduo dos estratos 2, 3, 4 e 6 descenderem para o estrato 1 aumentou, e a probabilidade de indivíduos dos estratos 1, 2, 3 e 4 ascenderem para o estrato 6 caiu. Apontado assim, uma substituição da mobilidade ascendente pôr a do tipo descendente.

Região Norte

Devido à baixa amostragem da região no ano de 2014, torna-se complicado aprofundar análises sobre a questão. Apesar de termos este problema, em menor escala, para 1996, a amostra de 2014 se mostra ainda menor, passando para 1.535. Por este motivo, os dados serão apresentados de forma a buscar captar apenas as movimentações mais claras, evitando interpretar núncias da amostra como movimentos reais da sociedade da região.

Tabela: 2.2.0.2

Distribuição percentual - Região Norte 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	30,6%	8,7%	14,0%	3,5%	3,3%	1,1%	61%
2. Baixo-superior	3,3%	2,8%	3,5%	1,2%	1,0%	0,8%	13%
3. Médio-inferior	2,7%	2,0%	7,2%	1,2%	1,7%	1,4%	16%
4. Médio-médio	0,7%	0,3%	0,7%	0,8%	0,3%	0,7%	3%
5. Médio-superior	0,5%	0,3%	1,1%	1,0%	0,8%	1,0%	5%
6. Alto	0,2%	0,1%	0,1%	0,2%	0,3%	1,0%	2%
Total	38%	14%	26%	8%	7%	6%	100%

Os dados apontam uma maior concentração da posição de origem da população no estrato Baixo-inferior em 2014 do que em 1996, alcançando 61% da amostra. Não apenas isso, mas cerca de 30,6% da população encontra-se imóvel neste estrato. Em 2014 o estrato 1 também cresce como posição de destino para os filhos, sendo o de 38% da amostra.

Além disso, a tabela 2.2.0.3 aponta que a posição social de seu pai se tornou mais importante para definir a sua, ou seja, os percentuais de filhos que são do mesmo estrato que seus pais aumentaram. Destacando-se os casos dos estratos Baixo-inferior e Alto que obtiveram 50% e 56% respectivamente.

Região Nordeste

Na Região Nordeste o percentual de pessoas que possuem sua posição de origem o estrato 1 reduziu entre 1996 e 2014, mas o número de pessoas que apresentam o estrato Baixo-inferior como destino se manteve constante. Como é possível ver, comparando as tabelas 2.3.0.2 e 1.3.0.2, os estratos 1 e 2 se mantiveram praticamente constantes, 39% e 16% respectivamente. Entretanto, ocorreu uma migração de indivíduos dos estratos 6 e 4 para os estratos 3 e 5. Observando as tabelas de Distribuição de filhos (Tabela 2.3.0.3), observa-se que a probabilidade de filhos de pais dos estratos 1,2,4,5 e 6 serem do estrato Médio-inferior aumentou de 1996 para 2014. No caso do estrato Médio-superior, esse efeito ocorreu em todos os estratos, inclusive no caso da posição de origem ser o próprio estrato 5.

Tabela: 2.3.0.2

Distribuição percentual - Região Nordeste 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	31,0%	9,6%	11,3%	2,5%	2,9%	1,2%	59%
2. Baixo-superior	3,4%	3,3%	2,9%	1,0%	0,9%	0,4%	12%
3. Médio-inferior	2,8%	2,0%	5,4%	1,5%	2,2%	1,2%	15%
4. Médio-médio	0,8%	0,6%	1,4%	1,0%	1,0%	0,7%	5%
5. Médio-superior	0,8%	0,5%	1,3%	0,5%	1,5%	1,2%	6%
6. Alto	0,2%	0,2%	0,6%	0,3%	0,6%	1,5%	3%
Total	39%	16%	23%	7%	9%	6%	100%

Por último, mostra-se válido salientar que opostamente a Região Norte, em praticamente todos os estratos da Região Nordeste, as probabilidades dos filhos se manterem no mesmo estrato que seus pais reduziram. Sendo a única exceção o estrato Médio-superior,

que a probabilidade de indivíduo possuir este como os seus estratos de origem e destino aumentou.

Tabela: 2.3.0.3

Distribuição dos filhos - Região Nordeste 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	53%	16%	19%	4%	5%	2%	59%
2. Baixo-superior	28%	28%	24%	8%	8%	4%	12%
3. Médio-inferior	18%	13%	36%	10%	15%	8%	15%
4. Médio-médio	14%	10%	25%	19%	18%	13%	5%
5. Médio-superior	14%	8%	22%	9%	27%	20%	6%
6. Alto	5%	5%	19%	8%	17%	45%	3%
Total	39%	16%	23%	7%	9%	6%	100%

Região Sudeste

No caso da Região Sudeste, pode-se ver na tabela 2.4.0.2 que é a região com menor percentual de sua população no estrato 1, tanto para os pais quanto para os filhos. Outra característica da região é o elevado número de pessoas nos estratos Baixo-superior e Médio-inferior. Esses estratos representam 20% das posições de origem, cada, e 19% e 25% das posições de destino. Logo, ao se observar a tabela 2.4.0.2 percebe-se que a redução do estrato 1 é devido a uma ascensão dos filhos de pais deste estrato para os estratos 2 e 3. Cerca de 17,6% da população da região realizou este processo, enquanto apenas 6,6% descendeu dos estratos 2 e 3 para o Baixo-inferior. Devido a este processo, o estrato Médio-inferior se torna o com a maior parcela da população, com 25%.

Tabela: 2.4.0.2

Distribuição percentual - Região Sudeste 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	14,5%	8,5%	9,1%	2,3%	2,7%	1,8%	39%
2. Baixo-superior	3,9%	5,7%	5,3%	2,3%	1,8%	1,3%	20%
3. Médio-inferior	2,7%	3,2%	6,9%	1,9%	3,0%	2,8%	20%
4. Médio-médio	0,5%	0,5%	1,3%	0,8%	0,8%	1,3%	5%
5. Médio-superior	0,7%	0,7%	1,7%	1,0%	2,5%	2,5%	9%
6. Alto	0,3%	0,3%	0,7%	0,6%	1,2%	3,1%	6%
Total	23%	19%	25%	9%	12%	13%	100%

Comparando os resultados encontrados para 2014 com os de 1996, é observado um aumento no número de indivíduos com posição de destino nos estratos Baixo-inferior e Alto. Em 1996, observa-se que 49% das pessoas possuíam pais localizados no estrato 1, mas em 2014 essa parcela da população é de apenas 39%. Isso demonstra que os indivíduos que possuíam a posição de origem no estrato 1 provavelmente eram os mais velhos, sendo assim afetados menos pelo processo de urbanização e industrialização mencionados anteriormente. Outra questão que pode justificar esta diferença é que parte da geração que ascendeu em 1996 para os estratos 2 e 3, em 2014 se tornou parte dos pais das amostras, ou seja, parte da posição de origem de 2014 é consequência da posição de destino de 1996. Analisando os dados, existe indício deste processo, uma vez que o número de pessoas com posição de origem nos estratos 2 e 3 aumentou e se aproximou dos números encontrados como posição de destino em 1996. Passando assim, de 13% e 16% em 1996 para 20%, número este mais próximo dos 18% e 25% encontrados como posição de destino dos estratos 2 e 3 de 1996.

Outro fato que também pode ser observado é o aumento do estrato Alto, passando de 12% da população para 13%. Apesar deste aumento indicar uma possível ascensão dos estratos abaixo para o topo da hierarquia social, este acréscimo não é significativo suficiente para afirmar que se tornou mais acessível ascender ao estrato 6. Inclusive ao se observar a tabela 2.4.0.3, percebe-se que a probabilidade de os indivíduos ascenderem dos estratos 4 e

5 para o 6 aumentou em relação à 1996. Entretanto, a probabilidade das pessoas que possuem os estratos 1, 2 e 3 de realizar esta movimentação se reduziu. Além disso, a probabilidade de filhos de pais do estrato 6 serem do estrato Alto aumentou de 44% para 50,5%, ou seja, mais da metade dos filhos estarão imóveis. Por último, mostra-se válido mencionar que a probabilidade de descender para o estrato 1 aumentou entre os anos de 1996 e 2014, principalmente nos estratos da base da hierarquia social.

Tabela: 2.4.0.3

Distribuição dos filhos - Região Sudeste 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	37%	22%	23%	6%	7%	4%	39%
2. Baixo-superior	19%	28%	26%	11%	9%	7%	20%
3. Médio-inferior	13%	15%	34%	9%	15%	14%	20%
4. Médio-médio	9%	10%	26%	15%	16%	25%	5%
5. Médio-superior	8%	8%	19%	11%	27%	28%	9%
6. Alto	4%	4%	11%	10%	20%	50%	6%
Total	23%	19%	25%	9%	12%	13%	100%

Região Sul

A Região Sul mantém o movimento de redução do estrato 1 observado em 1996. Se em 1996 o estrato Baixo-inferior representava 54% das posições de origem, em 2014 possui apenas 44% da população. Apesar da grande redução observada no estrato de origem, o mesmo não ocorre no estrato de destino. Em 1996, 26% da população possuía o estrato 1 como destino, mas em 2014 esse número reduziu apenas para 24%. Logo, o processo de redução desse estado ocorreu de maneira mais intensa no passado do que nos últimos anos, já que afeta de forma mais significativa a posição ocupacional dos pais do que dos filhos.

Tabela: 2.5.0.2

Distribuição percentual - Região Sul 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	16,1%	9,8%	10,1%	2,8%	2,8%	2,7%	44%
2. Baixo-superior	2,8%	5,1%	4,7%	1,8%	2,5%	1,3%	18%
3. Médio-inferior	3,0%	2,3%	7,1%	1,9%	2,4%	2,0%	19%
4. Médio-médio	0,7%	0,7%	1,2%	0,6%	1,0%	0,9%	5%
5. Médio-superior	0,9%	0,5%	1,3%	0,8%	1,9%	2,6%	8%
6. Alto	0,3%	0,0%	0,9%	0,4%	1,4%	2,9%	6%
Total	24%	18%	25%	8%	12%	12%	100%

Outra mudança que pode ser observada é a redução do número de filhos que se encontram no estrato Alto. Este número reduziu de 13% para 12% em 2014, possuindo assim um movimento inverso ao observado na Região Sudeste. Essa variação ocorreu devido a redução do número de pessoas que conseguiam ascender dos estratos 1 e 4 para o estrato 6. Os estratos 2 e 3 apesar de possuírem mais pessoas movendo para o estrato Alto em 2014 do que em 1996, a probabilidade de isso ocorrer com uma pessoa com estes estratos de origem se reduziu. Logo, o aumento de fluxo destes estratos em relação ao topo da hierarquia social é consequência de um maior número de pessoas neste estrato e não consequência de maior oportunidade. Como pode ser visto na tabela 2.5.0.2, o estrato Médio inferior representa 25% das posições de destino em 2014. Número este maior que o já alto 21% de 2014.

Tabela: 2.5.0.3

Distribuição dos filhos - Região Sul 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	36%	22%	23%	6%	6%	6%	44%
2. Baixo-superior	15%	28%	26%	10%	14%	7%	18%
3. Médio-inferior	16%	12%	38%	10%	13%	11%	19%
4. Médio-médio	14%	13%	24%	11%	21%	17%	5%
5. Médio-superior	11%	6%	17%	10%	24%	33%	8%
6. Alto	6%	1%	14%	7%	23%	49%	6%
Total	24%	18%	25%	8%	12%	12%	100%

Observando as tabelas de Distribuição de filho da região em 2014 e 1996 é possível notar que a probabilidade de indivíduos ascenderem entre os estratos da base da hierarquia social (1, 2 e 3) aumentou. Inclusive, a probabilidade de um filho de estrato 1 se manter neste estrato caiu de 40% para 36%, apontando assim um aumento na ascensão de curta distância, mas reduzindo a de longa distância. No topo da hierarquia social vê-se que a probabilidade de filhos dos estratos 5 e 6 descenderem se reduziu. Destacando-se o aumento da probabilidade de um filho de pai destes estratos se manterem imóveis.

Região Centro-Oeste

A Região Centro-Oeste apresenta a mesma limitação da Região Norte, ou seja, possui uma baixa amostragem, no caso de 1.180. Desta forma, os cuidados explicitados na análise da Região Norte devem ser mantidos neste caso. Comparando as tabelas de Distribuição percentual de 1996 (tabela 1.6.0.2) e de 2014 (tabela 2.6.0.2) pode-se observar que a distribuição das posições de origem tende a se reduzir nos estratos extremos (1 e 6) e aumentar nos demais. O mesmo efeito pode ser visto também nas posições de destino, aonde o percentual de pessoas que se encontram no estrato 1 é de 25% (5% menor que em 1996) e no estrato 6 de 9% (2% menor que em 1996).

Tabela: 2.5.0.3

Distribuição dos filhos - Região Centro-Oeste 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	16,4%	11,1%	12,0%	2,9%	4,0%	1,5%	48%
2. Baixo-superior	4,5%	4,6%	5,5%	1,4%	1,7%	0,9%	19%
3. Médio-inferior	2,5%	2,9%	6,3%	1,9%	1,7%	1,7%	17%
4. Médio-médio	0,3%	0,7%	0,5%	0,7%	1,1%	1,1%	4%
5. Médio-superior	0,8%	0,8%	1,2%	1,1%	2,1%	1,9%	8%
6. Alto	0,3%	0,1%	0,4%	0,2%	1,0%	2,1%	4%
Total	25%	20%	26%	8%	12%	9%	100%

Esse resultado aponta que o processo de urbanização da sociedade da região observado em 1996 se manteve até 2014. O número de filhos que se encontram no estrato 2 subiu de 16% para 20% e no estrato 3 de 20% para 26% entre 1996 e 2014. Comparando as tabelas 2.6.0.3 e 1.6.0.3 pode-se ver que a probabilidade de um filho de pai do estrato 1 ascender para os estratos 2 e 3 aumentou, assim como de ascender de 2 para 3. Entretanto, a probabilidade de estes ascenderem para o topo da hierarquia social (5 e 6) reduziu. A probabilidade de filhos de pais dos estratos Médio-superior e Alto se manterem em um desses dois estratos também aumentou. Desta forma, comparando os dados de 1996 e 2014, aparenta ocorrer um aumento na barreira de ascensão de longa distância e uma redução das quedas de indivíduos do topo da hierarquia social para a base. Mostra-se válido frisar o fato de que em 2014 o filho de um pai do estrato Alto possui maior probabilidade de se manter neste mesmo estrato do que de se mover, algo que não ocorria em 1996.

12. Resultado das medidas de mobilidade.

No capítulo anterior foram apontadas as movimentações na hierarquia sócio ocupacional dos nos anos de 1996 e 2014. Desta forma, observa-se quais parcelas da população possuíram ascensão ou descendência social intergeracional. Entretanto, apenas observando estes dados não é possível afirmar o quão móvel é uma sociedade, ou qual é a direção predominante na mobilidade da região observada. Para isso, devem ser utilizadas as medidas de mobilidade.

Este capítulo expõe os resultados observados ao utilizar a metodologia da Mobilidade Total. Esse parâmetro foi o escolhido por se mostrar o mais presente na literatura, o que facilita comparações com análises de outros autores. Além de demonstrar os dados, serão comparados os resultados das regiões e estados para os dois períodos analisados.

12.1. Mobilidade regional

Utilizando os dados das matrizes de transição, os indivíduos são divididos em três grupos. Aqueles que possuem mobilidade ascendente e, portanto, estão acima da diagonal da matriz. Já os que estão abaixo, são as pessoas que possuem estrato social inferior ao seus pais, apresentando assim mobilidade descendente. Por último, são os indivíduos que se encontram na diagonal da matriz. Logo, possuindo o mesmo estrato que os pais. Por este motivo, são denominados imóveis.

O indicador de Mobilidade Total é obtido ao somar os percentuais da população que apresentaram mobilidade ascendente ou descendente. Outra forma de abordar o indicador é considerar que a mobilidade é a ausência de imobilidade. Logo, pode ser calculado ao se subtrair de 1 o percentual imóvel da população. Quanto menos imóvel é a sociedade mais móvel esta é.

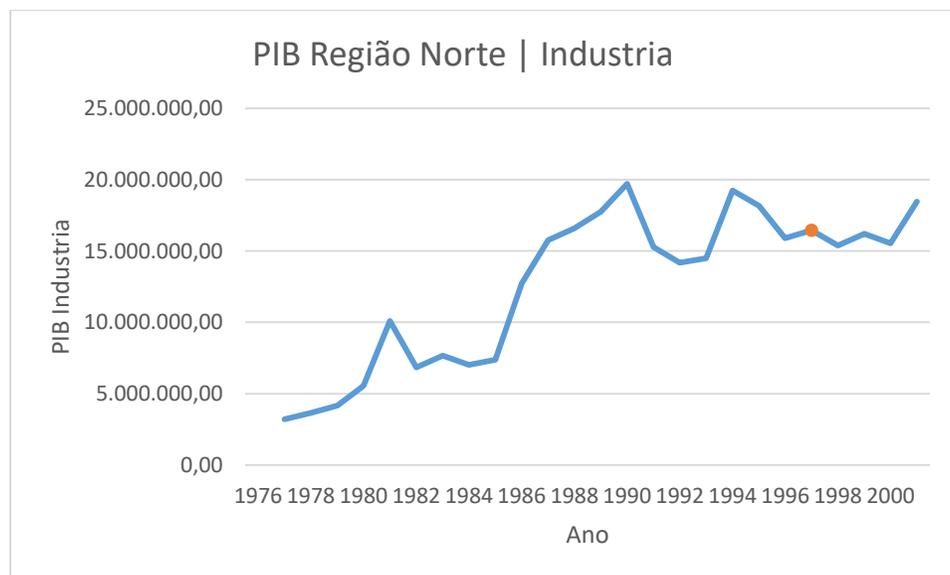
12.1.1. Mobilidade Total em 1996

Observando os dados de 1996, o Brasil possui uma mobilidade total de 62,6% sendo sua maior parte do tipo ascendente (47,9%). Este resultado aponta que a maioria da população está se movimentando entre estratos. Outro resultado é a baixa mobilidade descendente de 14,7%. Esse fato indica que a mobilidade observada é favorável para a população, uma vez que a ascensão social está vinculada a indicadores de qualidade de vida, como renda e escolaridade.

Medidas de mobilidade regional (1996)				
	Mobilidade ascendente	Imobilidade social	Mobilidade descendente	Mobilidade Total
Brasil	47,9%	37,4%	14,7%	62,6%
Região Norte	52,6%	30,1%	17,3%	69,9%
Região Nordeste	40,3%	46,3%	13,4%	53,7%
Região Sudeste	51,2%	33,4%	15,3%	66,6%
Região Sul	49,7%	35,3%	15,1%	64,7%
Região Centro-oeste	50,3%	35,6%	14,1%	64,4%

Entre as regiões, destacam-se como as de maior mobilidade as Norte, Sudeste e Sul. Apesar de possuírem resultados relativamente próximos, deve-se ter em mente que as causas desta mobilidade podem divergir. Por exemplo, a mobilidade da Região Norte está atrelada a um aumento no desenvolvimento da região que era pouco desenvolvida e o crescimento de seu PIB do setor industrial. Considerando o crescimento de investimentos na região nas décadas anteriores, é plausível que tenham gerado novos postos de trabalho e estimulado setores que antes eram subdesenvolvidos ou inexistente. Entre estes investimentos estão as rodovias Transamazônica, Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho e Manaus-Boa Vista, a usina hidroelétrica do Tucuruí, porto Santo Arem e o polo de Carajás. Além disso, devido a Zona

Franca, ocorreu a transformação de Manaus em um polo comercial, o que incentivou o desenvolvimento de diversos setores do comércio e Indústria³¹.



A Região Sudeste, apesar de possuir uma mobilidade total inferior a Região Norte, apresenta menor mobilidade descendente. Dessa forma, mesmo apresentando menor parcela da sua população ascendendo, a participação da mobilidade ascendente na Mobilidade Total é maior na Região Sudeste (77%) do que na Norte (75,2%).

Participação das mobilidades na Total			
	Mobilidade ascendente	Mobilidade descendente	Mobilidade Total
Brasil	76,5%	23,5%	100,0%
Região Norte	75,2%	24,8%	100,0%
Região Nordeste	75,0%	25,0%	100,0%
Região Sudeste	77,0%	23,0%	100,0%
Região Sul	76,7%	23,3%	100,0%
Região Centro-oeste	78,1%	21,9%	100,0%

³¹ Fonte dos dados: Ipeadata.

A Região Nordeste se destaca por possuir a menor Mobilidade Total entre as regiões. Inclusive, sendo a única região abaixo da mobilidade do Brasil. Esse resultado corrobora com os dados observados na tabela de distribuição de filhos da região (tabela 1303). Esses dados mostram que há elevadas probabilidades do filho se encontrar no mesmo estrato que seu pai, principalmente nos estratos 1, 2, 3 e 6.

12.1.2. Mobilidade Total em 2014

Os dados de 2014 mostram que não ocorreu grandes variações na mobilidade total do Brasil em relação à 1996, mantendo assim o valor de 62,6%. Apesar disso, é notável uma redução na mobilidade ascendente e um aumento na mobilidade descendente. Logo, apesar da imobilidade ter se mantido constante, é possível identificar mudanças nos movimentos presentes na hierarquia social do país.

Medidas de mobilidade regional (2014)				
	Mobilidade ascendente	Imobilidade social	Mobilidade descendente	Mobilidade Total
Brasil	45,7%	37,4%	16,8%	62,6%
Região Norte	43,5%	43,2%	13,4%	56,8%
Região Nordeste	40,6%	43,8%	15,7%	56,2%
Região Sudeste	47,4%	33,4%	19,1%	66,6%
Região Sul	49,2%	33,7%	17,1%	66,3%
Região Centro-oeste	50,5%	32,2%	17,3%	67,8%

A região que possui maior percentual de sua população ascendendo na hierarquia social é a Região Centro-oeste, com mais da metade de sua população apresentando esse movimento. Uma possível justificativa é o fato de 23% dessa amostragem ser composta por indivíduos da cidade de Brasília, que possui elevada mobilidade ascendente (54,7%). Apesar disso, a pequena amostragem da região, com 1180 pessoas em 2014, torna este resultado

pouco confiável. Quanto a mobilidade descendente, a região que possui o maior resultado é a Sudeste. Isso demonstra que apesar de ser a região com a terceira maior mobilidade ascendente, de 47,4%, os movimentos são frequentes nos dois sentidos.

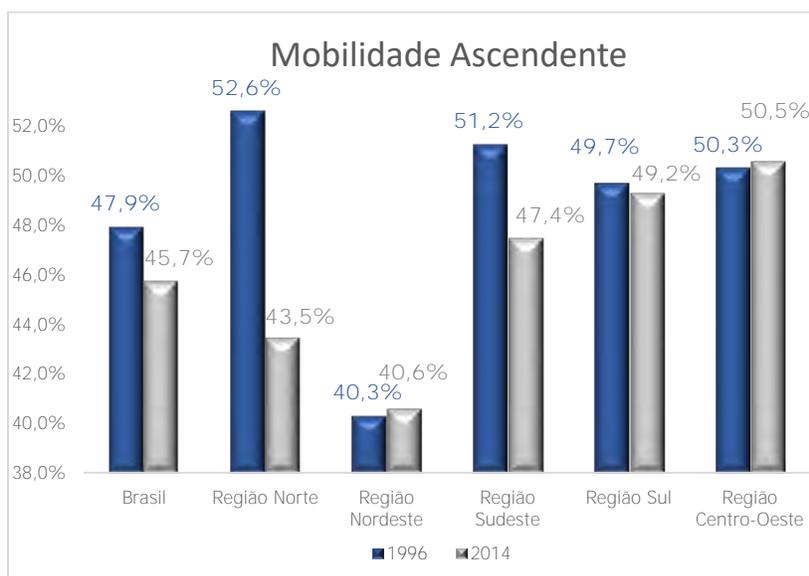
12.1.3. Variações de mobilidade entre 1996 e 2014

Nesta seção serão analisadas as variações dos indicadores de mobilidade dos anos de 1996 e 2014. O objetivo é compreender como as mobilidade ascendente e descendente se alteraram nas regiões do Brasil neste período, e se a imobilidade aumentou em alguma região.

	2014			1996		
	Mobilidade ascendente	Imobilidade social	Mobilidade descendente	Mobilidade ascendente	Imobilidade social	Mobilidade descendente
Brasil	46%	37%	17%	48%	37%	15%
Região Norte	43%	43%	13%	53%	30%	17%
Região Nordeste	41%	44%	16%	40%	46%	13%
Região Sudeste	47%	33%	19%	51%	33%	15%
Região Sul	49%	34%	17%	50%	35%	15%
Região Centro-Oeste	51%	32%	17%	50%	36%	14%

Mobilidade Ascendente

A mobilidade ascendente se reduziu aproximadamente 2% no Brasil. Sendo que esse efeito foi percebido em três das cinco regiões. Possuindo como as exceções a Região Nordeste e Centro-Oeste, que cresceram 0,3% e 0,2% respectivamente. Apesar de uma parcela maior da população destas duas regiões estar ascendo socialmente em 2014 do que 1996, esse aumento foi pouco significativo.



Uma possível causa do resultado da região centro-oeste é a amostra reduzida no ano de 2014 e o aumento de peso de Brasília na amostragem. No caso da Região Nordeste, o aumento pode ser justificado devido ao fato da região possuir um baixo número de pessoas ascendendo. Como a região possui um histórico de baixa mobilidade ascendente, é possível que essa seja mais constante ao longo do tempo.

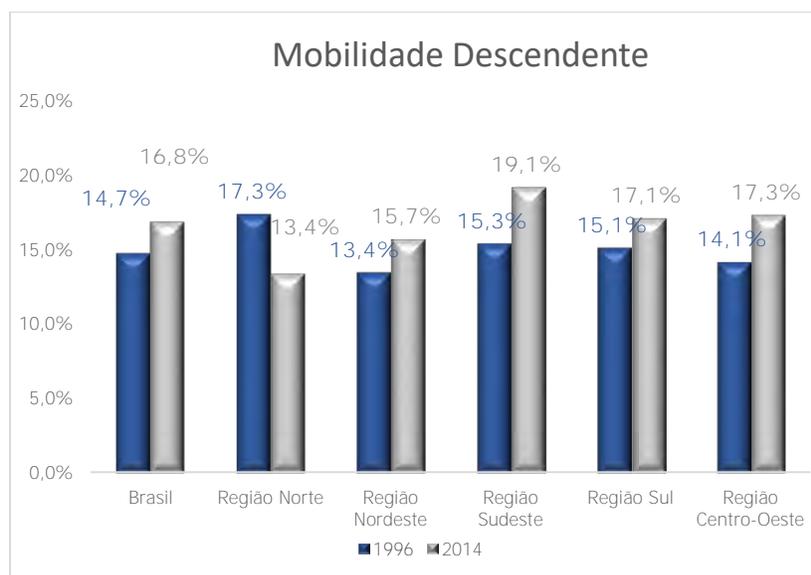
As regiões que demonstraram maior queda foram aquelas que possuíam em 1996 o maior percentual de sua população ascendendo. O caso da Região Norte se destaca por possuir uma queda de 9,1 pontos percentuais. Isso pode ser consequência de uma estagnação na estrutura social após um período de elevado desenvolvimento. A Região Sudeste também apresenta uma grande queda, de -3,8%. Entretanto, diferentemente da Região Norte, não possuiu um aumento significativo de imobilidade, mas sim um crescimento de mobilidade descendente.

Mobilidade Descendente

A mobilidade descendente aumentou 1,9 pontos percentuais no Brasil. Esse comportamento foi observado em todas as regiões com exceção da Região Norte que reduziu em 3,9 pontos percentuais. Desta forma, a Região Norte foi a única que apresentou queda em ambos tipos de mobilidade. De maneira oposta, a Região Sudeste apresentou o maior

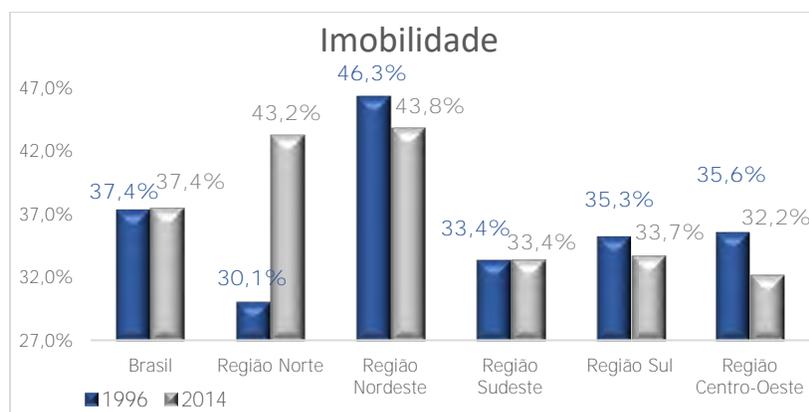
aumento de mobilidade descendente, 3,8 pontos percentuais. Essa conjuntura de queda na mobilidade ascendente e aumento da descendente aponta para duas possíveis situações. A primeira, os indivíduos que ascenderam não conseguiram se manter nos novos estratos e retrocederam o seu avanço anterior. A segunda opção, é que os indivíduos que ascenderam anteriormente substituíram os indivíduos que se encontram nos estratos mais elevados, acarretando em um movimento descendente na hierarquia social deste segundo grupo. Neste caso, seria observado um exemplo de mobilidade circular. Apesar de não ser clara qual das situações é a observada, pode-se fazer uso das Tabelas de Distribuição dos Filhos da região para identificar que este efeito é mais presente nos estratos 2, 3 e 4, uma vez que as probabilidades de filhos de pais destes estratos descenderem é maior em 2014 do que em 1996. Por outro lado, a probabilidade de filhos dos estratos 5 e 6 se manterem no mesmo estrato que o pai aumentou.

A Região Sul foi a única que apresentou aumento na mobilidade descendente e queda na mobilidade ascendente e imobilidade. Desta forma, apresentando em 2014 uma tendência geral para os indivíduos da região de queda na hierarquia social.



Imobilidade

A imobilidade no Brasil se manteve praticamente constante entre 1996 e 2014, aumentando aproximadamente 0,07%. Desta forma, as Regiões que apresentaram maior mobilidade total em 2014 do que em 1996, Sul (1,6%), Sudeste (0,01%), Centro-oeste (3,4%) e Nordeste (2,5%) foram compensados pela queda Região Norte (13,1%).



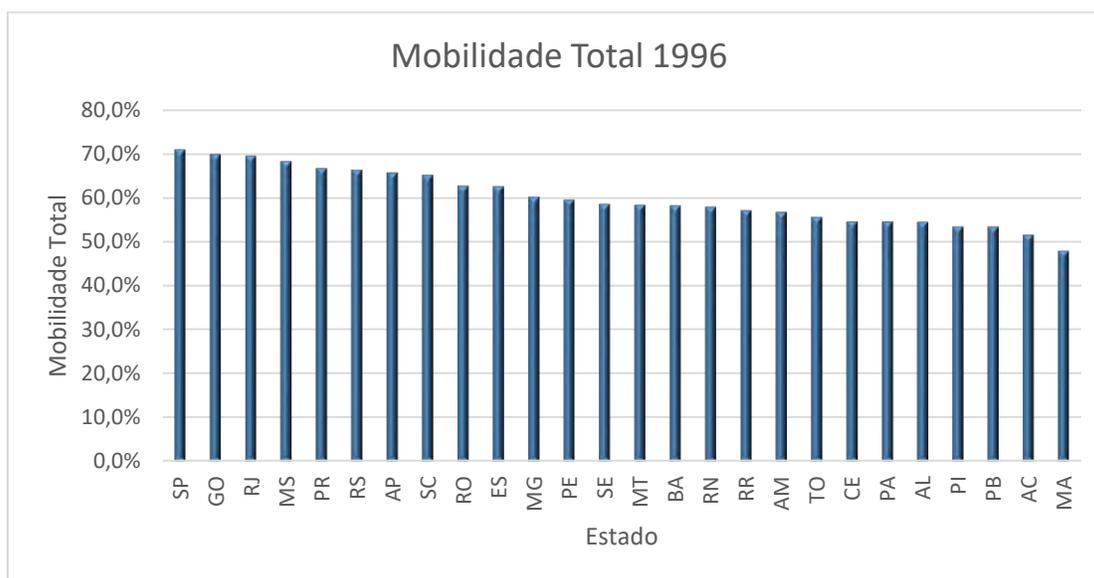
Mostra-se válido salientar que regiões mais urbanizadas e desenvolvidas, Sul e Sudeste apresentaram menor variação no indicador de imobilidade, demonstrando que talvez regiões mais desenvolvidas apresentem menores oscilações de mobilidade total. Por outro lado, regiões em processo de desenvolvimento aparentam possuir maiores oscilações de níveis de mobilidade. Essa afirmação não quer dizer que regiões subdesenvolvidas devem possuir maior mobilidade do que as desenvolvidas, mas sim que caso se observe a mobilidade de ambas sociedades em um período longo de tempo, os resultados da segunda região vão ser mais constantes.

12.2. Mobilidade estadual

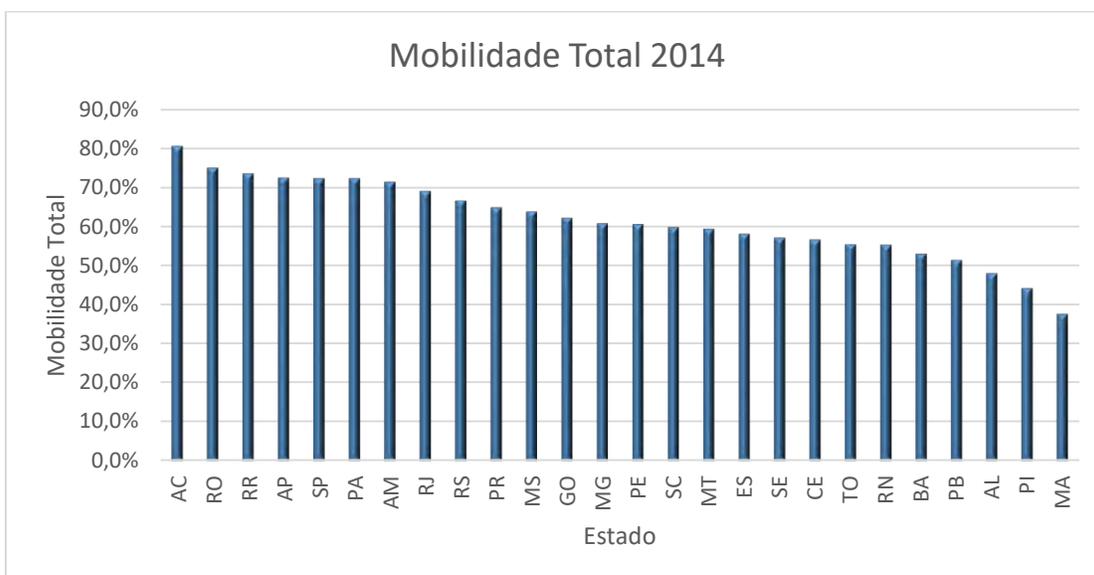
Além de utilizar as mediadas de mobilidade para as regiões, estas também foram calculadas no nível estadual. Desta forma, é possível identificar se as regiões apresentam estados outliers. Outra vantagem é a utilização das mobilidades totais estaduais na observação da correlação entre mobilidade social e taxa de fecundidade.

Resumo Medidas de mobilidade estadual						
Estado	1996			2014		
	Asc	Imob	Desc	Asc	Imob	Desc
AC	37,5%	48,4%	14,1%	57,8%	19,5%	22,7%
AL	37,9%	45,5%	16,7%	36,7%	52,1%	11,1%
AP	46,6%	34,2%	19,2%	56,6%	27,6%	15,8%
AM	43,9%	43,2%	12,8%	58,1%	28,7%	13,2%
BA	39,5%	41,8%	18,8%	38,4%	47,1%	14,5%
CE	42,5%	45,4%	12,1%	42,6%	43,5%	13,8%
ES	48,9%	37,4%	13,7%	45,9%	42,0%	12,1%
GO	50,0%	30,0%	20,0%	46,4%	37,9%	15,7%
MA	37,5%	52,1%	10,4%	31,0%	62,5%	6,5%
MT	43,6%	41,6%	14,8%	49,6%	40,7%	9,7%
MS	53,8%	31,7%	14,6%	49,7%	36,3%	14,0%
MG	43,4%	39,8%	16,8%	47,0%	39,3%	13,7%
PA	39,7%	45,4%	14,8%	50,4%	27,9%	21,8%
PB	39,7%	46,6%	13,8%	41,4%	48,8%	9,8%
PR	50,3%	33,2%	16,5%	53,2%	35,3%	11,6%
PE	37,9%	40,5%	21,6%	42,9%	39,5%	17,6%
PI	46,6%	46,6%	6,9%	35,4%	56,0%	8,6%
RN	49,0%	42,1%	9,0%	43,9%	44,8%	11,3%
RS	47,7%	33,6%	18,7%	46,9%	33,5%	19,6%
RJ	45,7%	30,5%	23,9%	46,9%	31,1%	22,0%
RO	53,3%	37,3%	9,4%	64,6%	25,1%	10,3%
RR	45,2%	42,9%	11,9%	57,0%	26,6%	16,5%
SC	51,4%	34,8%	13,9%	50,0%	40,4%	9,6%
SE	42,5%	41,4%	16,0%	45,5%	43,0%	11,6%
SP	51,6%	29,0%	19,4%	59,0%	27,8%	13,2%
TO	43,0%	44,4%	12,6%	41,5%	44,7%	13,8%

Quanto a 1996 destacam-se devido a uma elevada mobilidade total os estados de São Paulo (71%), Goiás (70%), Rio de Janeiro (69,5%) e Mato Grosso do Sul (68,3%). Opostamente, Maranhão (47,9%), Acre (51,6%), Pernambuco (53,4%) e Piauí (53,4%) apresentam as menores mobilidades.



Em 2014, observa-se um ganho de mobilidade de estados que antes se encontravam na média em 1996, como Roraima (73,4%), Rondônia (74,9%), Amapá (72,4%) e o caso do Acre, que ascendeu de penúltimo para primeiro com um aumento de 28,9%. Entretanto, este foi uma exceção, de maneira que a maioria dos estados com baixa mobilidade em 1996 mantiveram a posição em 2014.



13. Relação entre taxa de fecundidade e mobilidade social

Nesta seção serão analisados os valores das taxas de fecundidade e mobilidade total das cinco regiões do país e dos estados. Com isso, busca-se identificar observando os dados empíricos do Brasil se há relação entre taxa de fecundidade e mobilidade social, e se esta é positiva ou negativa. Lembrando que esta monografia não possui como objetivo identificar uma relação de causa entre as variáveis, mas sim se há aparente relação e com quais teorias da literatura os resultados empíricos corroboram.

Para obter uma conclusão quanto a relação entre as duas variáveis, foram analisados os dados regionais e estaduais. Esses demonstraram que a relação entre mobilidade total e taxa de fecundidade é negativa, ou seja, quanto maior a mobilidade na sociedade, menor o número de filhos por mulher. Apesar disso, não é possível afirmar algum efeito causal, uma vez que os movimentos das duas variáveis podem estar relacionados a uma terceira não observada³².

A análise estadual permitiu identificar estados *outliers*, que em sua maioria pertencem a Região Norte. Esses ocorrem principalmente com os dados do ano de 2014, sendo uma possível consequência de estados com pequenas amostragens. Utilizando estimativas de imobilidade calculados por Pero, foi encontrado o mesmo tipo de relação entre taxa de fecundidade e mobilidade total. Além disso, foram comparados os valores de mobilidade total obtidos por 3 modelos distintos, concluindo-se que o número de estratos utilizados para compor a hierarquia social afeta o valor do indicador. Apesar disso, os resultados dos 3 modelos se mostram coerentes, uma vez que estados com elevada mobilidade total em um modelo também apresentaram essa característica nos demais.

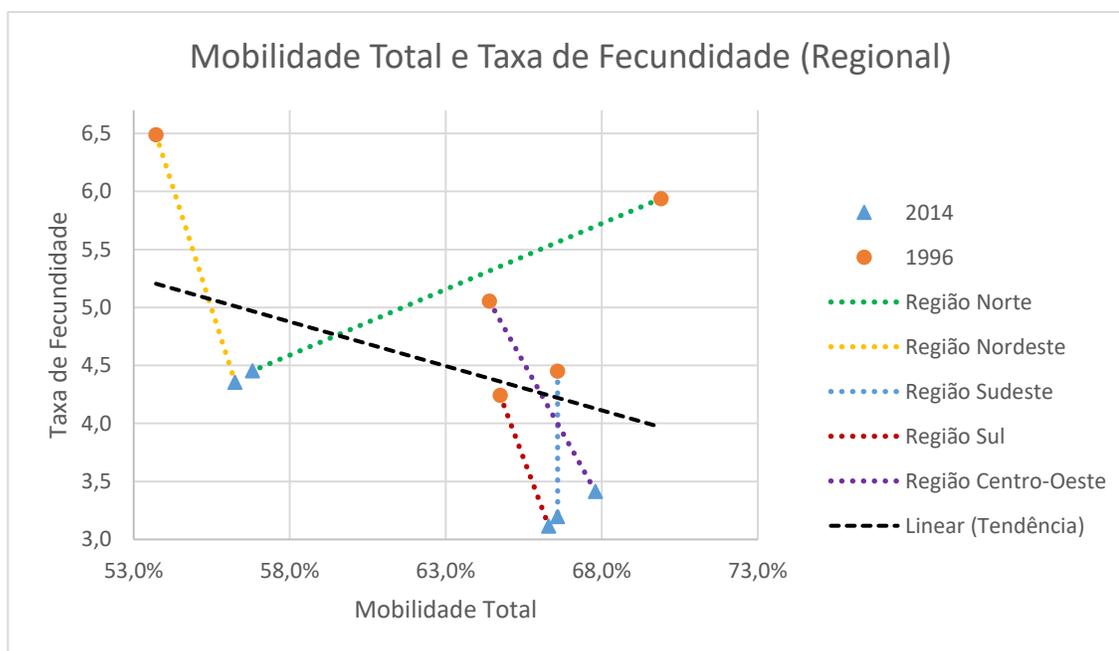
A relação entre a mobilidade ascendente e taxa de fecundidade não é clara, uma vez que os dados estaduais de 2014 não confirmam a relação negativa observada em 1996.

³² Exemplos de possíveis variáveis são: processo de urbanização, participação da mulher no mercado de trabalho, mudanças do papel da mulher na sociedade e aumento de escolaridade.

Comparando os dados regionais, observa-se que a mobilidade ascendente caiu neste período, mas a taxa de fecundidade também. Desta forma, é possível que variações de mobilidade ascendente não afete a decisão de ter filhos, ou que seu efeito demore para ser observado³³. A mobilidade descendente por outro lado, aparenta estar inversamente correlacionada com a taxa de fecundidade, sendo esta observada nos níveis estadual e regional tanto 2014 quanto em 1996.

13.1. Análise regional

No gráfico abaixo está representada a relação entre taxa de fecundidade e mobilidade total. Neste, o eixo vertical indica as taxas de fecundidade e o horizontal as medidas de mobilidade total das regiões. As regiões que originam o ponto são definidas pela cor das linhas pontilhadas, e o ano, pelo formato do ponto.



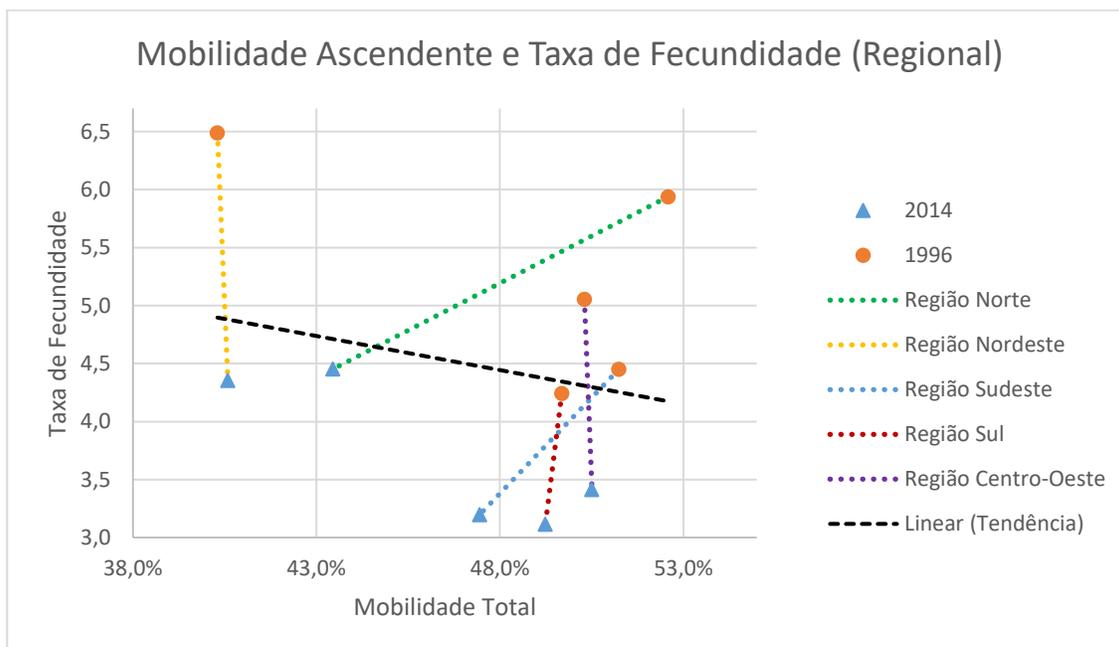
³³ Como ressaltado em Pastore e Silva 2000, mobilidade é uma variável de longo prazo.

O gráfico demonstra a existência de uma relação negativa entre as duas variáveis, possuindo uma linha de tendência decrescente. Este resultado ocorre tanto se olharmos os anos avulsamente ou de forma agregada. Caso opte por analisar as Regiões separadamente, observa-se uma trajetória condizente com esta relação. Possuindo o ponto circular como inicial e o triangular como final, em quatro das cinco regiões ocorreu um aumento da mobilidade total com reduções da taxa de fecundidade. A única exceção foi a Região Norte, que apresentou uma queda de taxa de fecundidade e uma redução na mobilidade total.

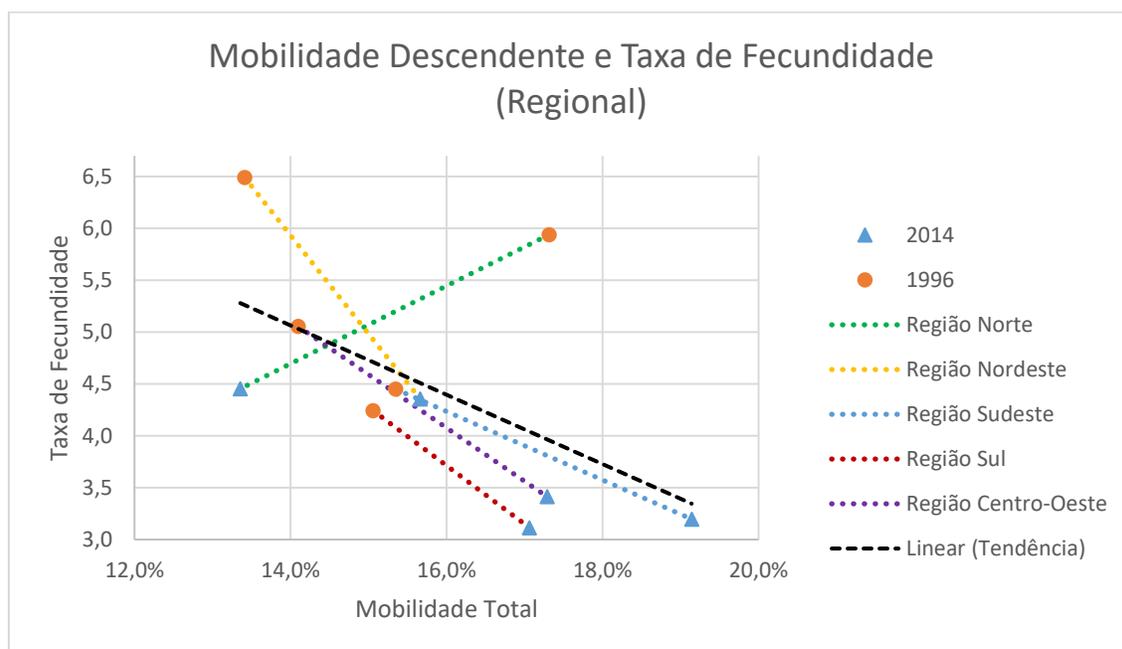
Além de observar se a relação entre mobilidade social e taxa de fecundidade é positiva ou negativa, a literatura debate se o tipo de mobilidade é relevante para esta relação. Por **exemplo, a teoria de “status econômico relativo” de Easterlin³⁴** afirma que é a mobilidade **ascendente que causa um aumento em fecundidade, enquanto a teoria de “isolamento social” sugere que ambas mobilidades, ascendente e descendente, possuem esse efeito.** A informação de mobilidade total não é suficiente para tirar conclusões quanto a este ponto, já que é a soma dos dois tipos em questão. Para isso, é necessário analisar as mobilidades separadamente.

Os dados de mobilidade ascendente demonstram que se mantém a relação negativa com a taxa de fecundidade. Desta forma, regiões com maior mobilidade ascendente possuem menores taxas de fecundidade. Entretanto, ocorreram quedas na mobilidade social ascendente simultâneas a reduções das taxas de fecundidade. Esse resultado é inesperado, uma vez que se as mobilidades ascendentes das Regiões Sul, Sudeste, Norte e Centro-oeste se reduzirem entre 1996 e 2014, a taxa de fecundidade deveria aumentar.

³⁴ Baseada na Hipótese de Easterlin.



Quanto a relação entre fecundidade e mobilidade descendente o resultado é semelhante à observada quanto a mobilidade total. Desta forma, quanto maior a mobilidade descendente da região, menor é a taxa de fecundidade. Essa relação é observada em todas as regiões com a exceção da Região Norte, que apresenta queda da mobilidade descendente e redução da taxa de fecundidade. Uma possível justificativa para o comportamento divergente da região, é o fato de possuir elevada taxa de fecundidade, sendo a região com a maior taxa em 2014 (4,5) e a segunda maior em 1996 (5,9). Além disso, entre as demais regiões, apresentou a menor redução percentual neste período (25%).



Redução Tx de fecundidade	
Região Norte	-25,0%
Região Nordeste	-32,9%
Região Sudeste	-28,2%
Região Sul	-26,6%
Região Centro-oeste	-32,5%

A conclusão é que os três tipos de mobilidade, total, ascendente e descendente, possuem uma relação negativa com a taxa de fecundidade. De forma que, sociedades mais móveis apresentam menores taxas, e as mais estagnadas um maior número de filhos por mulher. Entretanto, as variações das mobilidades entre os anos não aparentam possuir efeito imediato ou de elevada significância sobre a fecundidade³⁵.

³⁵ Especulando, a taxa de fecundidade aparenta reagir mais significativamente ao fato da sociedade possuir como característica uma elevada mobilidade, ou um "histórico", do que se a mesma presencia um período de alta mobilidade. como característica uma elevada mobilidade, ou um "histórico", do que se a mesma presencia um período de alta mobilidade.

13.2. Análise estadual

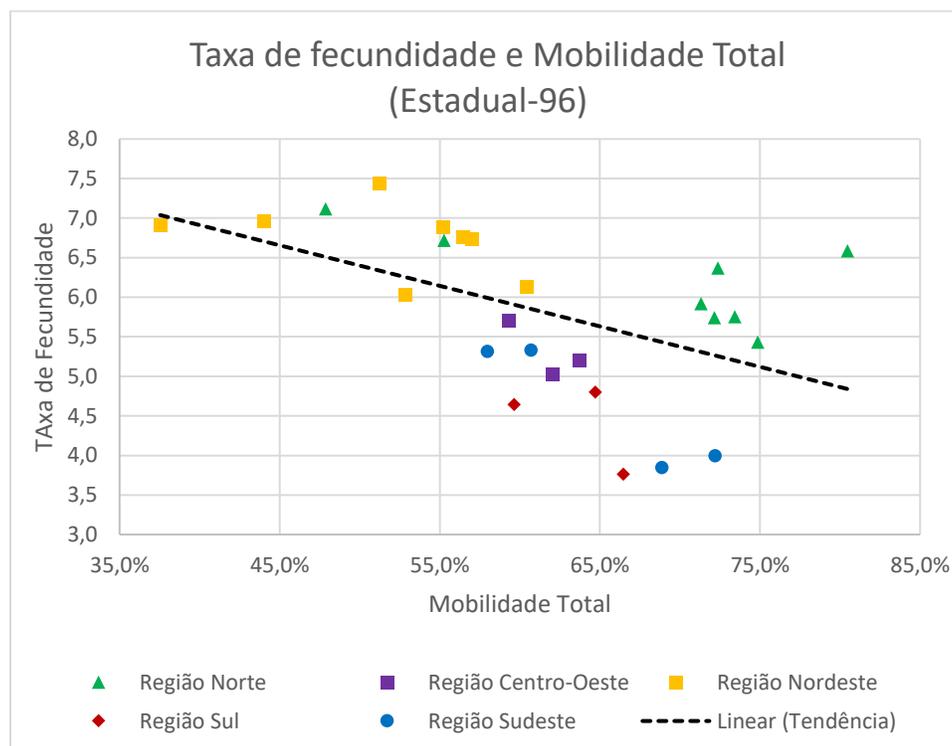
Nesta seção optou-se por abordar a questão no nível estadual. As vantagens desta abordagem são além de aumentar a amostra e permitir analisar *outliers*, permite a comparação dos resultados com referências na literatura. No caso, com as mobilidades de 1996 apresentadas em Pero (2006).

Resumo Mobilidade total e Tx. De Fecundidade (Estadual)				
Estado	1996		2014	
	Mobilidade Total	tx fecundidade	Mobilidade Total	tx fecundidade
AC	80,5%	6,6	51,6%	5,0
AL	47,9%	7,1	54,5%	5,0
AP	72,4%	6,4	65,8%	4,7
AM	71,3%	5,9	56,8%	5,9
BA	52,9%	6,0	58,2%	4,2
CE	56,5%	6,8	54,6%	4,4
ES	58,0%	5,3	62,6%	3,6
GO	62,1%	5,3	70,0%	3,5
MA	37,5%	5,0	47,9%	5,1
MT	59,3%	6,9	58,4%	3,6
MS	63,7%	5,7	68,3%	3,3
MG	60,7%	5,2	60,2%	3,6
PA	72,1%	5,3	54,6%	4,4
PB	51,2%	5,7	53,4%	4,5
PR	64,7%	7,4	66,8%	3,3
PE	60,5%	4,8	59,5%	3,9
PI	44,0%	6,1	53,4%	4,6
RN	55,2%	7,0	57,9%	4,3
RS	66,5%	3,8	66,4%	2,9
RJ	68,9%	6,9	69,5%	2,8
RO	74,9%	3,8	62,7%	3,9
RR	73,4%	5,4	57,1%	4,6
SC	59,6%	5,8	65,2%	3,4
SE	57,0%	4,6	58,6%	4,6
SP	72,2%	4,0	71,0%	3,1
TO	55,3%	6,7	55,6%	4,5

13.2.1. Análise do ano de 1996

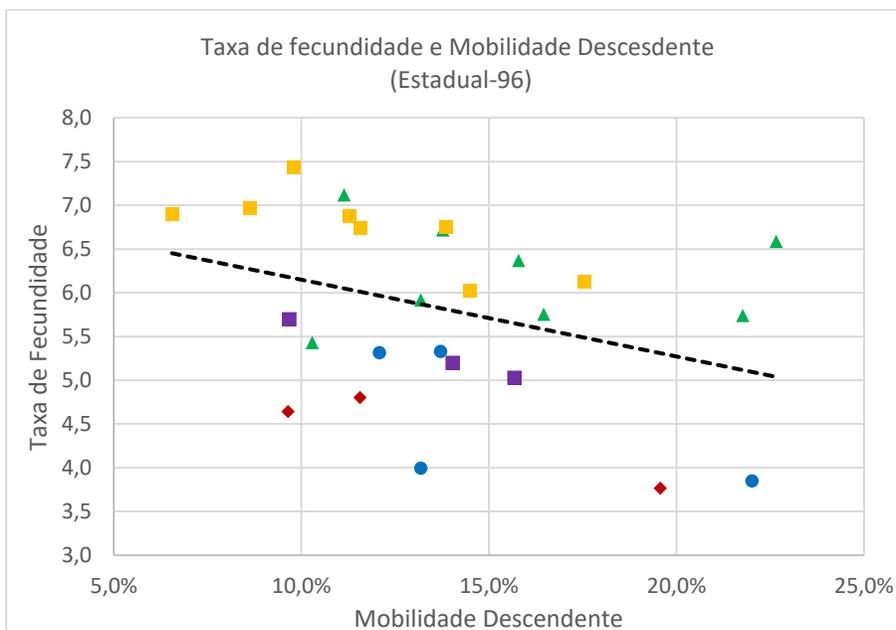
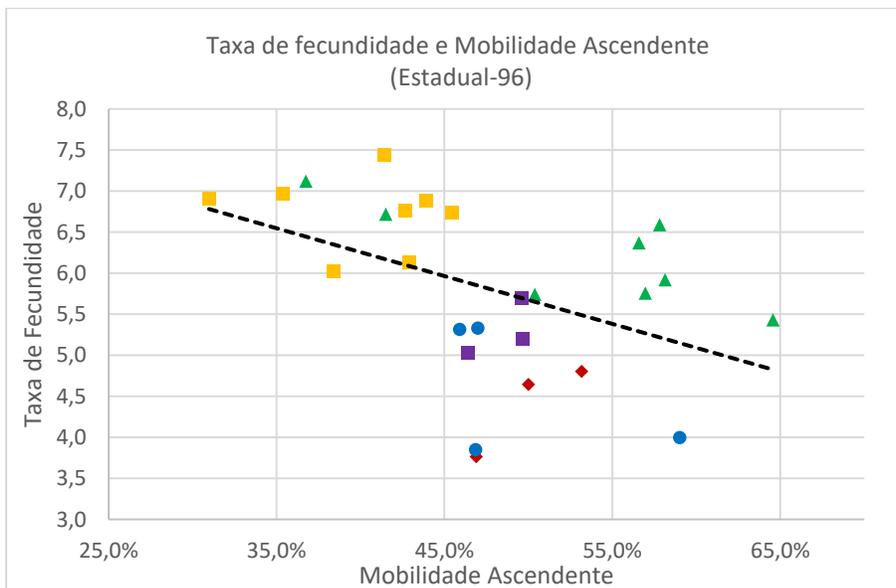
Os dados de mobilidade total e taxa de fecundidade estaduais do ano de 1996 apontam uma relação negativa entre as duas variáveis. Além disso percebe-se que as regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste possuem estados com características mais próximas, enquanto a

Região Norte e Nordeste possuem alguns estados *outliers*. Destacam-se os estados de Alagoas, Maranhão e Tocantins, com mobilidade inferior aos outros estados de suas regiões e o Acre com mobilidade muito elevada (80,5%).



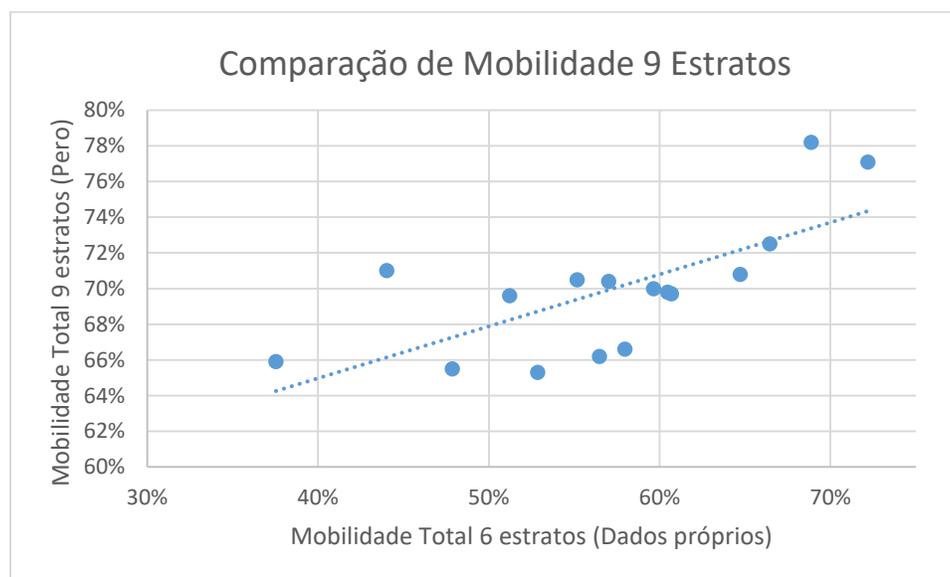
Como esperado, os estados das regiões Nordeste e Norte apresentam as maiores taxas de fecundidade, sendo os cinco estados com maiores números de filhos por mulher: Alagoas, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte. Quanto as Regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste, percebe-se que estão abaixo da linha de tendência, possuindo assim uma menor taxa de fecundidade do que o esperado por seus respectivos valores de mobilidade total. Diferentemente das outras duas regiões a Sudeste não apresenta seus estados tão agrupados. Claramente há uma divergência entre dois grupos, sendo aqueles que apresentam menor taxa de fecundidade e maior mobilidade total os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Como mencionado anteriormente, estes estados são os que apresentam maior desenvolvimento e urbanização. Apesar disso, possuem apenas as segunda e terceira menores taxas de

fecundidade, com 3,85 e 4,00 respectivamente. Desta forma, o estado com menor taxa de fecundidade é o Rio Grande do Sul com 3,77.



Uma vantagem de analisar os dados de mobilidade total do ano de 1996 em relação ao ano de 2014 é que esta questão já foi abordada na literatura. No caso, Pero 2002 e 2006.

Apesar da autora não abordar a questão da relação da mobilidade social com a taxa de fecundidade, a mesma estima medidas de mobilidade ascendente, descendente e imobilidade para grande parcela dos estados no ano de 1996. Desta forma, é possível comparar os indicadores de mobilidade estimados nesta monografia com o desenvolvido por Pero. Para isso, foram utilizados os valores de imobilidade estaduais do apêndice de Pero (2002)³⁶ para estimar os indicadores de mobilidade total³⁷. Realizado este cálculo os valores dos parâmetros foram expostos no gráfico de “Comparação de Mobilidade Total 9 Estratos”. Neste, no eixo vertical se encontram os valores obtidos do material de Pero, e no eixo horizontal os obtidos nesta monografia.

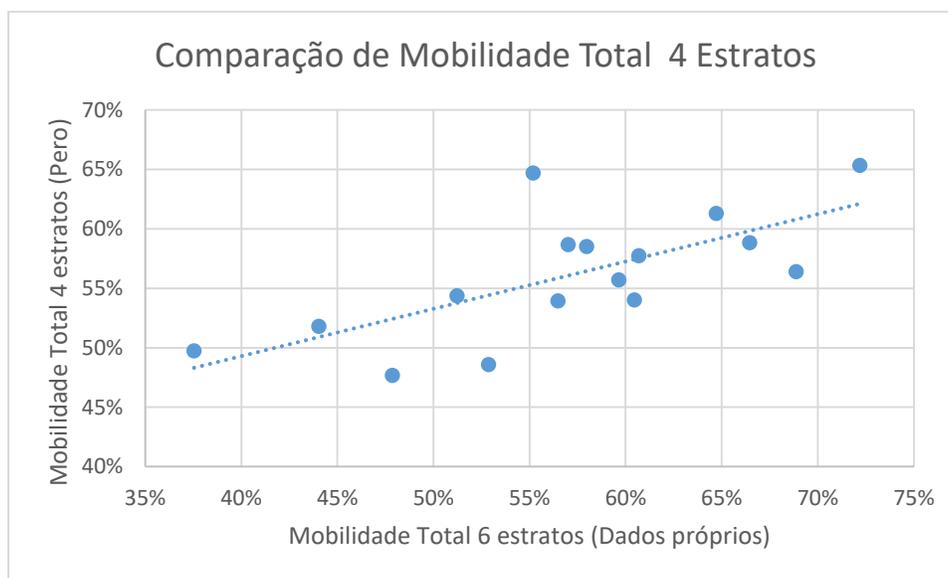


Como pode ser visto, os valores obtidos baseado nos dados de Pero foram de forma geral maiores que o encontrado nesta monografia. Uma possível causa foi o fato da autora utilizar nove estratos no lugar de seis. Desta forma, ao aumentar o número de estratos, se torna cada um deles menos abrangente, reduzindo a probabilidade de o indivíduo permanecer

³⁶ Tabela A8 e A7 do apêndice de Pero 2002.

³⁷ A Mobilidade total foi calculado ao subtrair de 1 os percentuais de imobilidade feitos por Pero.

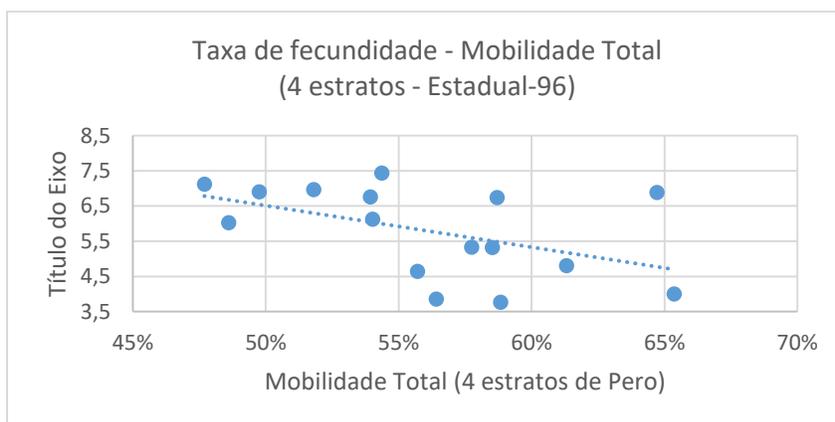
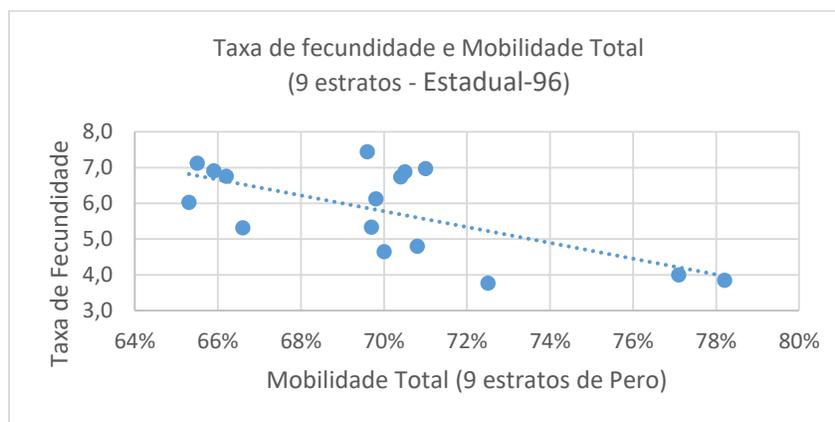
imóvel. Isso pode ser confirmado o gráfico “Comparação de Mobilidade Total 4 Estratos”. Neste, no lugar das imobilidades calculadas por Pero com 9 estratos foi utilizado a mobilidade com 4 estratos feito pela autora no mesmo artigo. Percebe-se que neste caso, as mobilidades totais encontradas nesta monografia foram maiores que o obtido pela autora com 4 estratos.



Apesar de os valores dos parâmetros variarem entre os modelos utilizados, os resultados mostram se relacionar de forma que os estados com elevada mobilidade em uma estimativa também o serão na outra. Entretanto, estão presente alguns poucos *outliers* que podem ser explicados pela variação no número de estratos. Por exemplo, se um estado possui elevada mobilidade entre dois estratos no modelo A, mas no modelo B esses estratos são um só, sua imobilidade aumentará no modelo B.

Comparados os modelos, deve-se analisar a relação entre os valores de mobilidade total obtidos por Pero e da taxa de fecundidade. Desta forma, pode-se perceber se as relações observadas no modelo desta monografia se alteram com mudanças no modelo da estrutura da hierarquia social. Ambos modelos apontam para uma relação negativa entre mobilidade total e taxa de fecundidade. Logo, condizem com os resultados encontrados nesta

monografia. Comparando os dois modelos observa-se que ao utilizar mais estratos o coeficiente angular da tendência aparenta se tornar mais forte³⁸. Desta forma, tornando-se o modelo mais sensível a movimentações curtas, percebe-se um aumento na correlação entre as variáveis.

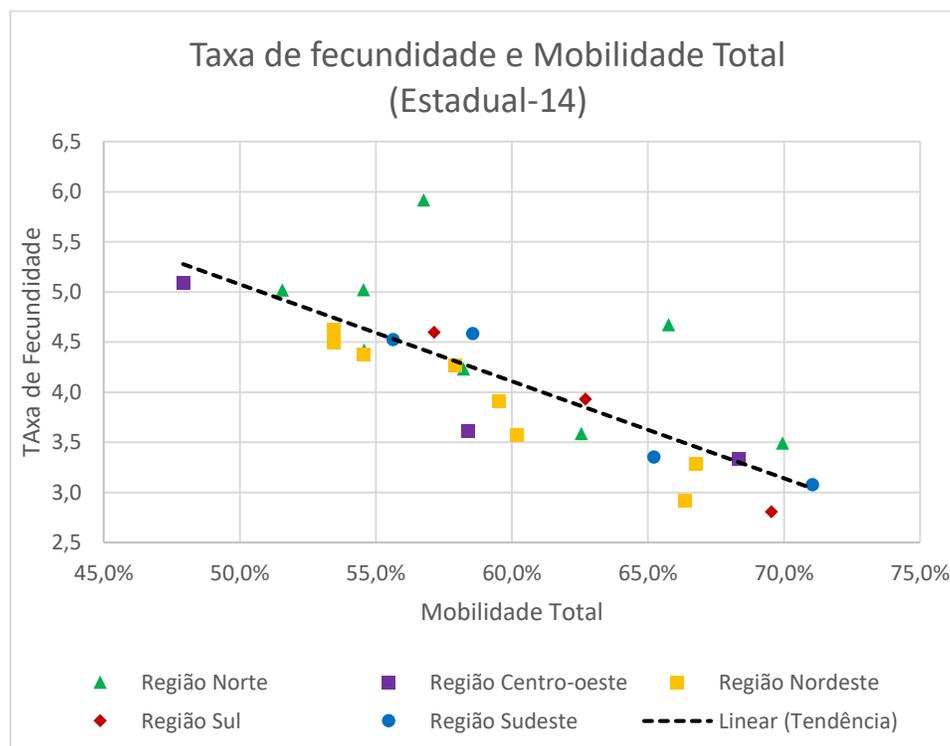


13.2.2. Análise de 2014

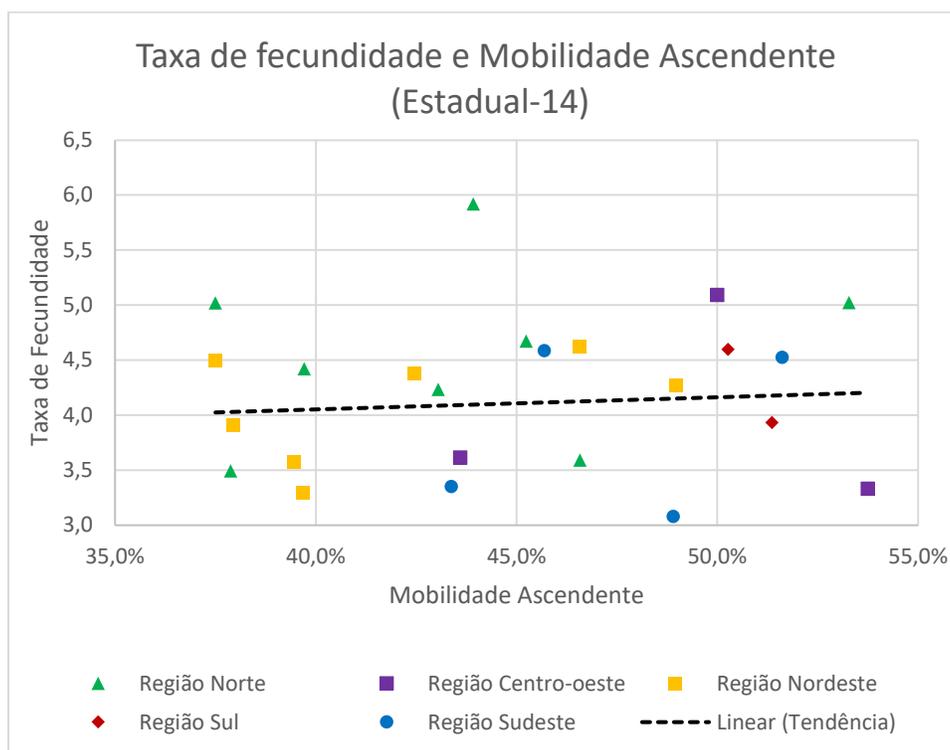
Os resultados estaduais de 2014 demonstram que a relação entre taxa de fecundidade e mobilidade total é negativa, assim como os resultados regionais. Entretanto, os dados apresentam uma limitação maior do que os de 1996, uma vez que as amostras são menores.

³⁸ Com 9 estratos o coeficiente é "-22,1" e com 4 estratos "-11,8".

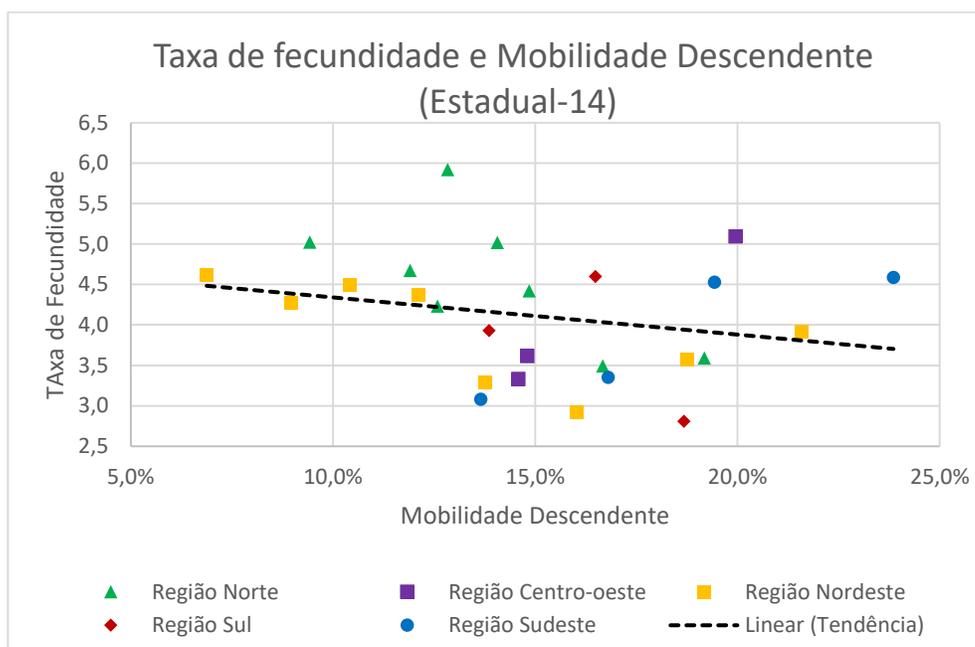
Por este motivo, tornam-se mais sensíveis as respostas dos indivíduos, o que pode justificar a presença de *outliers*. Exemplos disso, são os estados do Amazonas e Roraima que apresentam elevadas taxas de fecundidade dado a sua mobilidade total.



Quanto a mobilidade ascendente os dados de 2014 apresentam um resultado divergente do esperado. Aparentemente, mobilidade ascendente não possui uma correlação com a taxa de fecundidade, ou apenas uma leve relação positiva. Isso ocorre porquê a mobilidade ascendente reduziu entre o período de 1996 e 2014, obtendo assim uma redução média por estado de 2,7%, alcançando o patamar de -20,3% em casos isolados. Desta forma, os estados apresentaram uma redução da mobilidade ascendente simultânea à uma queda na taxa de fecundidade. Apesar disso, foi encontrada uma relação negativa entre taxa de fecundidade e mobilidade total, indicando que mesmo ocorrendo este efeito o aumento da mobilidade negativa se sobressaiu.



Se o efeito da mobilidade ascendente sobre taxa de fecundidade se mostra de complexa interpretação, o efeito de mobilidade descendente aponta um resultado claro. Os dados indicam uma relação negativa entre as duas variáveis, ou seja, em sociedades com maior mobilidade social descendente, as famílias optam por possuir menos filhos.



Esse resultado é semelhante ao caso italiano observado por Zuanna (2001). Neste, o autor afirma que as famílias italianas ao observar mobilidade descendente na sociedade e competitividade por *status* socioeconômico optam por possuir menos filhos e investir mais nestes. Isso ocorreria devido ao receio de seus filhos moveram para um estrato inferior ao seu de origem. Segundo o autor, essa preocupação com a posição sócio ocupacional do filho é típica de países latinos da Europa, aonde os laços entre pais e filhos se mostram mais fortes ao longo de toda vida, principalmente na fase adulta. Logo, essa teoria poderia ser aplicada ao cenário brasileiro, uma país de origem portuguesa aonde a relação negativa entre mobilidade descendente e taxa de fecundidade é bastante presente.

14. Conclusão

Quanto a relação entre mobilidade social e taxa de fecundidade, os dados apontam para uma correlação negativa. Apesar disso, a relação se mostra fraca. Logo, uma abordagem utilizando variáveis de controle seria recomendado. Outra opção seria adicionar efeitos fixos de estado, região e ano. Especulando sobre a questão, é possível que a correlação encontrada seja devido a uma variável omitida ou que a sua relação esteja sendo mascarada.

Os dados de mobilidade ascendente não apontam para uma relação clara com a taxa de fecundidade. As mobilidades regionais apresentam uma fraca relação negativa, enquanto os dados estaduais de 2014 uma fraca relação positiva. O resultado estadual de 1996 também corrobora com a opção de uma relação negativa.

A mobilidade descendente, por outro lado, aponta uma relação negativa com taxa de fecundidade em ambos os anos, tanto em nível regional quanto estadual. Isso pode ser um indício que a correlação da taxa de fecundidade é especificamente com este tipo de mobilidade. Por exemplo, Zuanna (2007) apresenta o caso italiano, aonde a aversão dos pais a uma mobilidade intergeracional descendente levaria a decisão de ter menos filhos e investir mais nestes.

No que se trata da mobilidade nacional, é possível concluir que o país praticamente manteve a sua mobilidade total entre 1996 e 2014. Entretanto, ocorreu um aumento do tipo descendente e uma redução da mobilidade ascendente. A Região Norte possuía elevada mobilidade em 1996, mas em 2014 se tornou bastante imóvel. A Nordeste, possui baixa mobilidade quando comparada com as demais regiões, e apresentou um pequeno aumento no período, de aproximadamente 3%. A Região Sudeste está entre as mais móveis e não aparenta sofrer grandes variações de mobilidade total. Apesar disso, apresentou aumento de mobilidade descendente e redução da ascendente. A Sul não se destaca por possuir elevada ou baixa mobilidade. No período estudado, apresentou variações de mobilidade ascendente e descendente semelhantes a Região Sudeste. Por último a Centro-Oeste aumentou os dois tipos de mobilidade, se tornando a região com maior mobilidade ascendente.

15.Referência bibliográfica

- Bean, F. D., Swicegood, C. G. 1 979. Intergenerational occupational mobility and fertility: A reassessment. *Am. Sociol. Rev.* 44:608- 19
- Blau, P. M. 1 956. Social mobility and interpersonal relations. *Am. Sociol. Rev.* 2 1 :290-95
- Blau, P. M., Duncan, O. D. with Tyree , A. 1967. *The American Occupational Structure*. New York: Wiley
- Cardoso, F. H (1969) “Os setores Industriais e o Processo de Desenvolvimento” in F. H. Cardoso, *Mudanças Sociais na America Latina*, São Paulo: Difusão Europeia do Livro
- Censo Demográfico 2000, Fecundidade e Mortalidade Infantil, Resultados Preliminares da Amostra, IBGE 2002
- Easterlin, R. A. 1 969. Towards a socioeconomic theory of fertility: A survey of recent research on economic factors in American fertility. In *Fertility and Family Planning: A World View*. ed. S. J. Behrman. L. Corsa. Jr., R. C. Freedman, pp. 1 27-56. Ann Arbor: Univ. of Mich. Press
- Easterlin, R. A. 1 973. Relative economic status and the American fertility swing. In *Family Economic Behavior: Problems and ProspeCTs*. ed. E. B. Sheldon, pp. 170--223 . Philadelphia: Lippincott
- Easterlin, R. A. 1975 . An economic framework for fertility analysis. *Stud. Fam. Plann.* 6:54-64
- Easterlin, R. A. 1 978. What will 1984 be like? Socioeconomic implications of recent twists in age structure. *Demography* 15:397—432
- Espenshade. T. J. 1 980. Raising a child can now cost \$85,000. *Intercom* 8(9): 10—12
- Flandrin J. (1976) *Families in the Former Times*, Cambridge University Press, Cambridge, UK.
- Glass, D. (1956), ”Social Mobility in Britain”, Glencoe: Free Press
- Greenhalgh S. (1988) “Fertility as mobility: Sinic transition”, *Population and Development Review*, 14, 4, 629-674.
- Johansson S. (1987a) “Status anxiety and demographic contraction of privileged populations”, *Population and Development Review*, 13, 3, 439-470.
- Johansson S. (1987b) “Centuries of childhood / centuries of parenting: Philippe Ariès and the modernisation of privileged infancy”, *Journal of Family History*, 12, 343-365.
- Kantner, J. F., Kiser, C. V. 1 954. The interrelation of fertility, fertility planning, and intergenerational mobility. *Milbank M em. Fund Q. Health Soc.* 32:69-1 03

- Kasarda J. D & Billy J. O. G. “Social Mobility and Fertility” (1985) *Ann. Rev. Sociol*
- Lacroix I. “Brasília e a Industrialização Brasileira. Circulação, comunicação e indústria: Representações no Plano Piloto” (2013), UNB
- MacDonald, M. M., Rindfuss, R. R. 1 981. Earnings, relative income, and family formation. *Demography* 1 8: 1 23-36
- Macunovich D. Re-Visiting the Easterlin Hypothesis: U.S. Fertility 1968-2010. University of Redlands and IZA. Discussion Paper No. 5885 July 2011. Published by: Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit Institute for the Study of Labor
- McNicoll G. (2001) “Government and fertility in transitional and post-transitional societies”, in R. Bulatao and J. Casterline (eds.) *Global Fertility Transition*, a supplement to vol. 27 of *Population and Development Review*, 129-159.
- Micheli G. (2000) “Kinship, family, and social network: the anthropological embedment of fertility change in Southern Europe”, *Demographic Research*, 3, 13.
- Mincer, J., Ofek, H. 1 982. Interrupted work careers: Depreciation and restoration of human capital. *J. Hum. Resour.* 1 7:3-24
- Montgomery J., (2009), “Social Mobility”, Cap 2 , mimeo
- Pastore J. (1979) *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*, São Palo: T. A. Queiroz Editor
- Pastore J. & Valle Silva N. “Mobilidade Social no Brasil” (200, editora Makron Books
- Pero V. “Tendências da Mobilidade Social no Rio de Janeiro”. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002
- Pero V. *Mobilidade Social no Rio de Janeiro*. Publicado por: *Revista de economia Mackenzie*, Vol 4, 2006, pag 136-153
- Reher D. (1998) “Family ties in Western countries: persistent contrasts”, *Population and Development Review*, 24, 2, 203-234.
- Ribeiro C. “Renda, Relações Sociais e Felicidade no Brasil”, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). Publicado por: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, no 1, 2015, pp. 37 a 78.
- Rogoff, N. (1953), “Recent Trends in Occupational Mobility”, Glencoe, Free Press
- Stevens, G. 1981. Social mobility and fertility: Two effects in one. *Am. Sociol. Rev.* 46:573-85
- Stuckert, R. P. 1963. Occupational mobility and family relationships. *Soc. Fore.* 41 :301- 07
- Thompson W. and D. Lewis (1964) *Population Problems* (5th edition), McGraw-Hill, New York, USA.
- Zuanna, Gianpiero Dalla, (2007), “Social mobility and fertility” *demographic Research*, volume 17 article 15, pag 441-464, published 04 december 2007

16. Apêndices

16.1. Apêndice 1: Matrizes de transição do ano de 1996

1.1.0.0 Brasil

1.1.0.1 Distribuição dos indivíduos

Distribuição dos indivíduos - Brasil 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	10523	4451	4473	2489	1381	1145	24462
2. Baixo-superior	607	1351	1227	696	403	356	4640
3. Médio-inferior	419	663	1994	951	725	713	5465
4. Médio-médio	280	470	940	988	668	860	4206
5. Médio-superior	385	303	510	400	496	565	2659
6. Alto	108	152	392	391	460	1111	2614
Total	12322	7390	9536	5915	4133	4750	44046

1.1.0.2 Distribuição percentual

Distribuição percentual - Brasil 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	23,9%	10,1%	10,2%	5,7%	3,1%	2,6%	56%
2. Baixo-superior	1,4%	3,1%	2,8%	1,6%	0,9%	0,8%	11%
3. Médio-inferior	1,0%	1,5%	4,5%	2,2%	1,6%	1,6%	12%
4. Médio-médio	0,6%	1,1%	2,1%	2,2%	1,5%	2,0%	10%
5. Médio-superior	0,9%	0,7%	1,2%	0,9%	1,1%	1,3%	6%
6. Alto	0,2%	0,3%	0,9%	0,9%	1,0%	2,5%	6%
Total	28%	17%	22%	13%	9%	11%	100%

1.1.0.3 Distribuição dos filhos

Distribuição dos filhos - Brasil 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	43%	18%	18%	10%	6%	5%	56%
2. Baixo-superior	13%	29%	26%	15%	9%	8%	11%
3. Médio-inferior	8%	12%	36%	17%	13%	13%	12%
4. Médio-médio	7%	11%	22%	23%	16%	20%	10%
5. Médio-superior	14%	11%	19%	15%	19%	21%	6%
6. Alto	4%	6%	15%	15%	18%	43%	6%
Total	28%	17%	22%	13%	9%	11%	100%

1.2.0.0 Região Norte

1.2.0.1 Distribuição dos indivíduos

Distribuição dos indivíduos – Região Norte 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	544	306	361	266	87	93	1657
2. Baixo-superior	35	72	57	48	13	13	238
3. Médio-inferior	24	36	96	65	42	49	312
4. Médio-médio	31	25	74	84	60	52	326
5. Médio-superior	39	23	41	33	31	43	210
6. Alto	20	21	46	44	20	63	214
Total	693	483	675	540	253	313	2957

1.2.0.2 Distribuição percentual

Distribuição percentual – Região Norte 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	18,4%	10,3%	12,2%	9,0%	2,9%	3,1%	56%
2. Baixo-superior	1,2%	2,4%	1,9%	1,6%	0,4%	0,4%	8%
3. Médio-inferior	0,8%	1,2%	3,2%	2,2%	1,4%	1,7%	11%
4. Médio-médio	1,0%	0,8%	2,5%	2,8%	2,0%	1,8%	11%
5. Médio-superior	1,3%	0,8%	1,4%	1,1%	1,0%	1,5%	7%
6. Alto	0,7%	0,7%	1,6%	1,5%	0,7%	2,1%	7%
Total	23%	16%	23%	18%	9%	11%	100%

1.2.0.3 Distribuição dos filhos

Distribuição dos filhos – Região Norte 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	33%	18%	22%	16%	5%	6%	56%
2. Baixo-superior	15%	30%	24%	20%	5%	5%	8%
3. Médio-inferior	8%	12%	31%	21%	13%	16%	11%
4. Médio-médio	10%	8%	23%	26%	18%	16%	11%
5. Médio-superior	19%	11%	20%	16%	15%	20%	7%
6. Alto	9%	10%	21%	21%	9%	29%	7%
Total	23%	16%	23%	18%	9%	11%	100%

1.3.0.0 Região Nordeste

1.3.0.1 Distribuição dos indivíduos

Distribuição dos indivíduos – Região Nordeste 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	4279	1192	1048	731	299	222	7771
2. Baixo-superior	188	350	261	175	81	73	1128
3. Médio-inferior	124	165	474	219	129	99	1210
4. Médio-médio	109	150	296	334	160	231	1280
5. Médio-superior	80	57	91	93	82	99	502
6. Alto	22	29	80	88	98	245	562
Total	4802	1943	2250	1640	849	969	12453

1.3.0.2 Distribuição percentual

Distribuição percentual – Região Nordeste 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	34,4%	9,6%	8,4%	5,9%	2,4%	1,8%	62%
2. Baixo-superior	1,5%	2,8%	2,1%	1,4%	0,7%	0,6%	9%
3. Médio-inferior	1,0%	1,3%	3,8%	1,8%	1,0%	0,8%	10%
4. Médio-médio	0,9%	1,2%	2,4%	2,7%	1,3%	1,9%	10%
5. Médio-superior	0,6%	0,5%	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%	4%
6. Alto	0,2%	0,2%	0,6%	0,7%	0,8%	2,0%	5%
Total	39%	16%	18%	13%	7%	8%	100%

1.3.0.3 Distribuição dos filhos

Distribuição dos filhos – Região Nordeste 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	55%	15%	13%	9%	4%	3%	62%
2. Baixo-superior	17%	31%	23%	16%	7%	6%	9%
3. Médio-inferior	10%	14%	39%	18%	11%	8%	10%
4. Médio-médio	9%	12%	23%	26%	13%	18%	10%
5. Médio-superior	16%	11%	18%	19%	16%	20%	4%
6. Alto	4%	5%	14%	16%	17%	44%	5%
Total	39%	16%	18%	13%	7%	8%	100%

1.4.0.0 Região Sudeste

1.4.0.1 Distribuição dos indivíduos

Distribuição dos indivíduos – Região Sudeste 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	2468	1433	1490	689	458	344	6882
2. Baixo-superior	197	504	525	252	167	138	1783
3. Médio-inferior	142	260	828	374	297	295	2196
4. Médio-médio	67	159	334	311	234	309	1414
5. Médio-superior	94	91	176	119	183	210	873
6. Alto	29	46	139	134	174	411	933
Total	2997	2493	3492	1879	1513	1707	14081

1.4.0.2 Distribuição percentual

Distribuição percentual – Região Sudeste 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	17,5%	10,2%	10,6%	4,9%	3,3%	2,4%	49%
2. Baixo-superior	1,4%	3,6%	3,7%	1,8%	1,2%	1,0%	13%
3. Médio-inferior	1,0%	1,8%	5,9%	2,7%	2,1%	2,1%	16%
4. Médio-médio	0,5%	1,1%	2,4%	2,2%	1,7%	2,2%	10%
5. Médio-superior	0,7%	0,6%	1,2%	0,8%	1,3%	1,5%	6%
6. Alto	0,2%	0,3%	1,0%	1,0%	1,2%	2,9%	7%
Total	21%	18%	25%	13%	11%	12%	100%

1.4.0.3 Distribuição dos filhos

Distribuição dos filhos – Região Sudeste 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	36%	21%	22%	10%	7%	5%	49%
2. Baixo-superior	11%	28%	29%	14%	9%	8%	13%
3. Médio-inferior	6%	12%	38%	17%	14%	13%	16%
4. Médio-médio	5%	11%	24%	22%	17%	22%	10%
5. Médio-superior	11%	10%	20%	14%	21%	24%	6%
6. Alto	3%	5%	15%	14%	19%	44%	7%
Total	21%	18%	25%	13%	11%	12%	100%

1.5.0.0 Região Sul

1.5.0.1 Distribuição dos indivíduos

Distribuição dos indivíduos – Região Sul 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	1923	934	929	464	309	302	4861
2. Baixo-superior	128	291	236	128	94	74	951
3. Médio-inferior	91	135	395	183	176	177	1157
4. Médio-médio	42	82	141	154	140	167	726
5. Médio-superior	94	77	135	81	117	129	633
6. Alto	18	39	82	90	111	272	612
Total	2296	1558	1918	1100	947	1121	8940

1.5.0.2 Distribuição percentual

Distribuição percentual – Região Sul 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	21,5%	10,4%	10,4%	5,2%	3,5%	3,4%	54%
2. Baixo-superior	1,4%	3,3%	2,6%	1,4%	1,1%	0,8%	11%
3. Médio-inferior	1,0%	1,5%	4,4%	2,0%	2,0%	2,0%	13%
4. Médio-médio	0,5%	0,9%	1,6%	1,7%	1,6%	1,9%	8%
5. Médio-superior	1,1%	0,9%	1,5%	0,9%	1,3%	1,4%	7%
6. Alto	0,2%	0,4%	0,9%	1,0%	1,2%	3,0%	7%
Total	26%	17%	21%	12%	11%	13%	100%

1.5.0.3 Distribuição dos filhos

Distribuição dos filhos – Região Sul 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	40%	19%	19%	10%	6%	6%	54%
2. Baixo-superior	13%	31%	25%	13%	10%	8%	11%
3. Médio-inferior	8%	12%	34%	16%	15%	15%	13%
4. Médio-médio	6%	11%	19%	21%	19%	23%	8%
5. Médio-superior	15%	12%	21%	13%	18%	20%	7%
6. Alto	3%	6%	13%	15%	18%	44%	7%
Total	26%	17%	21%	12%	11%	13%	100%

1.6.0.0 Região Centro-Oeste

1.6.0.1 Distribuição dos indivíduos

Distribuição dos indivíduos – Região Centro-Oeste 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	1260	522	558	298	200	171	3009
2. Baixo-superior	57	101	120	79	37	47	441
3. Médio-inferior	36	49	142	94	63	80	464
4. Médio-médio	31	46	85	86	62	89	399
5. Médio-superior	77	49	57	63	76	78	400
6. Alto	18	16	40	29	47	103	253
Total	1479	783	1002	649	485	568	4966

1.6.0.2 Distribuição percentual

Distribuição percentual – Região Centro-Oeste 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	25,4%	10,5%	11,2%	6,0%	4,0%	3,4%	61%
2. Baixo-superior	1,1%	2,0%	2,4%	1,6%	0,7%	0,9%	9%
3. Médio-inferior	0,7%	1,0%	2,9%	1,9%	1,3%	1,6%	9%
4. Médio-médio	0,6%	0,9%	1,7%	1,7%	1,2%	1,8%	8%
5. Médio-superior	1,6%	1,0%	1,1%	1,3%	1,5%	1,6%	8%
6. Alto	0,4%	0,3%	0,8%	0,6%	0,9%	2,1%	5%
Total	30%	16%	20%	13%	10%	11%	100%

1.6.0.3 Distribuição dos filhos

Distribuição dos filhos – Região Centro-Oeste 1996							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	42%	17%	19%	10%	7%	6%	61%
2. Baixo-superior	13%	23%	27%	18%	8%	11%	9%
3. Médio-inferior	8%	11%	31%	20%	14%	17%	9%
4. Médio-médio	8%	12%	21%	22%	16%	22%	8%
5. Médio-superior	19%	12%	14%	16%	19%	20%	8%
6. Alto	7%	6%	16%	11%	19%	41%	5%
Total	30%	16%	20%	13%	10%	11%	100%

16.2. Apêndice 2: Matrizes de transição do ano de 2014

2.1.0.0 Brasil

2.1.0.1 Distribuição dos indivíduos

Distribuição dos indivíduos - Brasil 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	2439	1054	1226	303	339	187	5548
2. Baixo-superior	400	501	486	183	178	110	1858
3. Médio-inferior	309	282	734	191	267	216	1999
4. Médio-médio	68	60	128	91	97	107	551
5. Médio-superior	84	63	155	93	208	213	816
6. Alto	28	17	66	42	104	251	508
Total	3328	1977	2795	903	1193	1084	11280

2.1.0.2 Distribuição percentual

Distribuição percentual - Brasil 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	21,6%	9,3%	10,9%	2,7%	3,0%	1,7%	49%
2. Baixo-superior	3,5%	4,4%	4,3%	1,6%	1,6%	1,0%	16%
3. Médio-inferior	2,7%	2,5%	6,5%	1,7%	2,4%	1,9%	18%
4. Médio-médio	0,6%	0,5%	1,1%	0,8%	0,9%	0,9%	5%
5. Médio-superior	0,7%	0,6%	1,4%	0,8%	1,8%	1,9%	7%
6. Alto	0,2%	0,2%	0,6%	0,4%	0,9%	2,2%	5%
Total	30%	18%	25%	8%	11%	10%	100%

2.1.0.3 Distribuição dos filhos

Distribuição dos filhos - Brasil 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	44%	19%	22%	5%	6%	3%	49%
2. Baixo-superior	22%	27%	26%	10%	10%	6%	16%
3. Médio-inferior	15%	14%	37%	10%	13%	11%	18%
4. Médio-médio	12%	11%	23%	17%	18%	19%	5%
5. Médio-superior	10%	8%	19%	11%	25%	26%	7%
6. Alto	6%	3%	13%	8%	20%	49%	5%
Total	30%	18%	25%	8%	11%	10%	100%

2.2.0.0 Região Norte

2.2.0.1 Distribuição dos indivíduos

Distribuição dos indivíduos – Região Norte 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	469	133	215	53	51	17	938
2. Baixo-superior	51	43	53	18	16	13	194
3. Médio-inferior	41	31	110	19	26	22	249
4. Médio-médio	10	4	10	13	5	10	52
5. Médio-superior	8	5	17	16	13	16	75
6. Alto	3	1	1	3	4	15	27
Total	582	217	406	122	115	93	1535

2.2.0.2 Distribuição percentual

Distribuição percentual – Região Norte 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	30,6%	8,7%	14,0%	3,5%	3,3%	1,1%	61%
2. Baixo-superior	3,3%	2,8%	3,5%	1,2%	1,0%	0,8%	13%
3. Médio-inferior	2,7%	2,0%	7,2%	1,2%	1,7%	1,4%	16%
4. Médio-médio	0,7%	0,3%	0,7%	0,8%	0,3%	0,7%	3%
5. Médio-superior	0,5%	0,3%	1,1%	1,0%	0,8%	1,0%	5%
6. Alto	0,2%	0,1%	0,1%	0,2%	0,3%	1,0%	2%
Total	38%	14%	26%	8%	7%	6%	100%

2.2.0.3 Distribuição dos filhos

Distribuição dos filhos – Região Norte 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	50%	14%	23%	6%	5%	2%	61%
2. Baixo-superior	26%	22%	27%	9%	8%	7%	13%
3. Médio-inferior	16%	12%	44%	8%	10%	9%	16%
4. Médio-médio	19%	8%	19%	25%	10%	19%	3%
5. Médio-superior	11%	7%	23%	21%	17%	21%	5%
6. Alto	11%	4%	4%	11%	15%	56%	2%
Total	38%	14%	26%	8%	7%	6%	100%

2.3.0.0 Região Nordeste

2.3.0.1 Distribuição dos indivíduos

Distribuição dos indivíduos – Região Nordeste 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	939	292	343	77	89	35	1775
2. Baixo-superior	103	101	89	30	28	13	364
3. Médio-inferior	84	61	165	46	67	36	459
4. Médio-médio	23	17	41	31	29	22	163
5. Médio-superior	25	14	38	15	46	35	173
6. Alto	5	5	19	8	17	45	99
Total	1179	490	695	207	276	186	3033

2.3.0.2 Distribuição percentual

Distribuição percentual – Região Nordeste 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	31,0%	9,6%	11,3%	2,5%	2,9%	1,2%	59%
2. Baixo-superior	3,4%	3,3%	2,9%	1,0%	0,9%	0,4%	12%
3. Médio-inferior	2,8%	2,0%	5,4%	1,5%	2,2%	1,2%	15%
4. Médio-médio	0,8%	0,6%	1,4%	1,0%	1,0%	0,7%	5%
5. Médio-superior	0,8%	0,5%	1,3%	0,5%	1,5%	1,2%	6%
6. Alto	0,2%	0,2%	0,6%	0,3%	0,6%	1,5%	3%
Total	39%	16%	23%	7%	9%	6%	100%

2.3.0.3 Distribuição dos filhos

Distribuição dos filhos— Região Nordeste 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	53%	16%	19%	4%	5%	2%	59%
2. Baixo-superior	28%	28%	24%	8%	8%	4%	12%
3. Médio-inferior	18%	13%	36%	10%	15%	8%	15%
4. Médio-médio	14%	10%	25%	19%	18%	13%	5%
5. Médio-superior	14%	8%	22%	9%	27%	20%	6%
6. Alto	5%	5%	19%	8%	17%	45%	3%
Total	39%	16%	23%	7%	9%	6%	100%

2.4.0.0 Região Sudeste

2.4.0.1 Distribuição dos indivíduos

Distribuição dos indivíduos – Região Sudeste 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	498	292	312	80	94	60	1336
2. Baixo-superior	135	196	181	80	61	46	699
3. Médio-inferior	91	108	235	65	103	95	697
4. Médio-médio	16	17	46	27	28	44	178
5. Médio-superior	24	25	58	33	84	85	309
6. Alto	9	9	23	20	42	105	208
Total	773	647	855	305	412	435	3427

2.4.0.2 Distribuição percentual

Distribuição percentual – Região Sudeste 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	14,5%	8,5%	9,1%	2,3%	2,7%	1,8%	39%
2. Baixo-superior	3,9%	5,7%	5,3%	2,3%	1,8%	1,3%	20%
3. Médio-inferior	2,7%	3,2%	6,9%	1,9%	3,0%	2,8%	20%
4. Médio-médio	0,5%	0,5%	1,3%	0,8%	0,8%	1,3%	5%
5. Médio-superior	0,7%	0,7%	1,7%	1,0%	2,5%	2,5%	9%
6. Alto	0,3%	0,3%	0,7%	0,6%	1,2%	3,1%	6%
Total	23%	19%	25%	9%	12%	13%	100%

2.4.0.3 Distribuição dos filhos

Distribuição dos filhos – Região Sudeste 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	37%	22%	23%	6%	7%	4%	39%
2. Baixo-superior	19%	28%	26%	11%	9%	7%	20%
3. Médio-inferior	13%	15%	34%	9%	15%	14%	20%
4. Médio-médio	9%	10%	26%	15%	16%	25%	5%
5. Médio-superior	8%	8%	19%	11%	27%	28%	9%
6. Alto	4%	4%	11%	10%	20%	50%	6%
Total	23%	19%	25%	9%	12%	13%	100%

2.5.0.0 Região Sul

2.5.0.1 Distribuição dos indivíduos

Distribuição dos indivíduos – Região Sul 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	339	206	213	59	58	57	932
2. Baixo-superior	58	107	98	38	53	27	381
3. Médio-inferior	63	48	150	39	51	43	394
4. Médio-médio	15	14	25	12	22	18	106
5. Médio-superior	18	10	28	16	40	54	166
6. Alto	7	1	18	9	29	61	125
Total	500	386	532	173	253	260	2104

2.5.0.2 Distribuição percentual

Distribuição percentual – Região Sul 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	16,1%	9,8%	10,1%	2,8%	2,8%	2,7%	44%
2. Baixo-superior	2,8%	5,1%	4,7%	1,8%	2,5%	1,3%	18%
3. Médio-inferior	3,0%	2,3%	7,1%	1,9%	2,4%	2,0%	19%
4. Médio-médio	0,7%	0,7%	1,2%	0,6%	1,0%	0,9%	5%
5. Médio-superior	0,9%	0,5%	1,3%	0,8%	1,9%	2,6%	8%
6. Alto	0,3%	0,0%	0,9%	0,4%	1,4%	2,9%	6%
Total	24%	18%	25%	8%	12%	12%	100%

2.5.0.3 Distribuição dos filhos

Distribuição dos filhos – Região Sul 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	36%	22%	23%	6%	6%	6%	44%
2. Baixo-superior	15%	28%	26%	10%	14%	7%	18%
3. Médio-inferior	16%	12%	38%	10%	13%	11%	19%
4. Médio-médio	14%	13%	24%	11%	21%	17%	5%
5. Médio-superior	11%	6%	17%	10%	24%	33%	8%
6. Alto	6%	1%	14%	7%	23%	49%	6%
Total	24%	18%	25%	8%	12%	12%	100%

2.6.0.0 Região Centro-Oeste

2.6.0.1 Distribuição dos indivíduos

Distribuição dos indivíduos – Região Centro-Oeste 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	194	131	142	34	47	18	566
2. Baixo-superior	53	54	65	17	20	11	220
3. Médio-inferior	30	34	74	22	20	20	200
4. Médio-médio	4	8	6	8	13	13	52
5. Médio-superior	9	9	14	13	25	23	93
6. Alto	4	1	5	2	12	25	49
Total	294	237	306	96	137	110	1180

2.6.0.2 Distribuição percentual

Distribuição percentual – Região Centro-Oeste 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	16,4%	11,1%	12,0%	2,9%	4,0%	1,5%	48%
2. Baixo-superior	4,5%	4,6%	5,5%	1,4%	1,7%	0,9%	19%
3. Médio-inferior	2,5%	2,9%	6,3%	1,9%	1,7%	1,7%	17%
4. Médio-médio	0,3%	0,7%	0,5%	0,7%	1,1%	1,1%	4%
5. Médio-superior	0,8%	0,8%	1,2%	1,1%	2,1%	1,9%	8%
6. Alto	0,3%	0,1%	0,4%	0,2%	1,0%	2,1%	4%
Total	25%	20%	26%	8%	12%	9%	100%

2.6.0.3 Distribuição dos filhos

Distribuição dos filhos – Região Centro-Oeste 2014							
Pai/Filho	1	2	3	4	5	6	Total
1. Baixo-inferior	34%	23%	25%	6%	8%	3%	48%
2. Baixo-superior	24%	25%	30%	8%	9%	5%	19%
3. Médio-inferior	15%	17%	37%	11%	10%	10%	17%
4. Médio-médio	8%	15%	12%	15%	25%	25%	4%
5. Médio-superior	10%	10%	15%	14%	27%	25%	8%
6. Alto	8%	2%	10%	4%	24%	51%	4%
Total	25%	20%	26%	8%	12%	9%	100%